

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 125/2022
Data: 05/10/2022**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
O HUB PORT BRASILEIRO É SANTISTA	4
TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS PEDEM SEGURANÇA DE INVESTIMENTO A PRESIDENCIÁVEIS	5
ANTT PUBLICA NOVA TABELA DE PREÇOS DO FRETE, COM REDUÇÃO MÉDIA DE 2,89% A 3,68%	6
SEIS MESES APÓS CRIAÇÃO DE LEI, SETOR PORTUÁRIO AGUARDA REGULAMENTAÇÃO DO BR DO MAR	7
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	8
ASSINATURA DE TERMO COM O GOVERNO DO MATO GROSSO VAI PERMITIR INVESTIMENTOS NA BR-163/MT	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	9
SEGUNDO DIA DE COOPERAPORTOS TRAZ PALESTRAS SOBRE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA FROTA MARÍTIMA	9
EM ABERTURA DO COOPERAPORTOS, ANTAQ DESTACA RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA AMBIENTAL VOLTADA À GESTÃO PORTUÁRIA.....	10
PORTO DE ITAJAÍ: DOCUMENTAÇÃO SOBRE CONCESSÃO DO PORTO ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA.....	12
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF	12
EXAMES DE PROFICIÊNCIA PODERÃO SUBSTITUIR CONCURSO PARA TRADUTORES E INTÉRPRETES	12
MINISTÉRIO DA ECONOMIA RECEBERÁ SUGESTÕES PARA ELABORAÇÃO DA REFORMA REGULATÓRIA NO BRASIL	13
SERVIDORES DO TCU, MPF E JUDICIÁRIO JÁ PODEM FAZER PROVA DE VIDA DIGITAL PELO GOV.BR.....	14
SANTA CATARINA IMPLEMENTA BALCÃO ÚNICO DE ABERTURA DE EMPRESAS	14
BRASIL FECHA SETEMBRO COM SUPERÁVIT DE US\$ 3,99 BILHÕES NA BALANÇA COMERCIAL	15
REGULAMENTADO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO EM LICITAÇÕES ELETRÔNICAS ...	16
COMPANHIAS ABERTAS DE MENOR PORTE PODEM REALIZAR ELETRONICAMENTE PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS POR LEI ..	17
PORTAL PORTO GENTE	18
VOTORANTIM CIMENTOS APRESENTA SUA NOVA MARCA.....	18
VOTORANTIM ABRE OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO PARA 2023.....	19
EMIRATES SKYCARGO E UNITED CARGO ANUNCIAM ACORDO HISTÓRICO.....	20
ATP E ANTAQ ACORDAM COOPERAÇÃO TÉCNICA NOS TERMINAIS PRIVADOS	21
HISTÓRIA E TÉCNICA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO PARA UMA MALHA FERROVIÁRIA EFICIENTE.....	22
BE NEWS – BRASIL EXPORT – DO DIA 05/10/2022.....	23
EDITORIAL – ACORDO PELA SUSTENTABILIDADE	23
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	24
Ferrovia 1	24
Ferrovia 2	24
Marco legal.....	24
Market Sounding.....	24
NACIONAL – BRASIL EXPORT SERÁ DESTAQUE NA PROGRAMAÇÃO DO GRUPO BANDEIRANTES DE COMUNICAÇÃO	24
NACIONAL - ATP E ANTAQ ASSINAM ACORDO PARA PROMOVER COOPERAÇÃO TÉCNICA NOS TUPS	26
NACIONAL - GOVERNO PUBLICA INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE TRATA DO PREGÃO ELETRÔNICO EM LICITAÇÕES.....	27
NACIONAL - EXTENSÃO DO PRAZO DE RELICITAÇÃO DA BR-163/MS É APROVADA.....	28
NACIONAL - GOVERNO MARCA SOLENIDADE DE CRIAÇÃO DA INFRA SA PARA HOJE.....	30
REGIÃO SUDESTE - VEREADORA RECORRE AO MPF CONTRA PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS	30
REGIÃO SUDESTE - SANTOS BRASIL VAI EXPANDIR CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DE TERMINAL ALFANDEGADO ...	31
REGIÃO SUDESTE - RECEITA E POLÍCIA FEDERAL APREENDEM 549 KG DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS.....	32
REGIÃO SUDESTE – RODOVIA DE SP TEM MEGAOPERAÇÃO PARA TRANSPORTE DE CARGA DE 440 TONELADAS	33
NORTE EXPORT 2022 – 12 E 13 DE SETEMBRO – PORTO VELHO - RO.....	34
BE NEWS – BRASIL EXPORT – DO DIA 04/10/2022.....	34
EDITORIAL – A CARTA DA ATP	34
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	35
Itajaí 1.....	35
Itajaí 2.....	35
Itajaí 3.....	35
Experiência internacional.....	36
NACIONAL - GOVERNO E NOVA CONCESSIONÁRIA ASSINAM TAC PARA A BR-163/MT	36
REGIÃO NORDESTE - PORTO DE SUAPE OFICIALIZA RETOMADA DA AUTONOMIA ADMINISTRATIVA	37
REGIÃO NORDESTE - EQUIPAMENTOS QUE FARÃO DRAGAGEM DO PORTO DE CABEDELO CHEGAM NESTE MÊS	39



REGIÃO NORDESTE - PORTO DO RECIFE INAUGURA PROJETO PARA ATRAIR VISITAÇÃO DE PÚBLICO EM GERAL	40
REGIÃO SUL - INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES É INAUGURADA EM SÃO FRANCISCO DO SUL	40
REGIÃO SUDESTE - PORTOS DO RJ MOVIMENTAM 40 MILHÕES DE TONELADAS DE JANEIRO A AGOSTO	42
REGIÃO SUDESTE - ANTAQ DISPONIBILIZA DOCUMENTOS PARA DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS	43
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	43
PORTONAVE BATE RECORDES DE CONTÊINERES MOVIMENTADOS E DE FLUIDEZ NO GATE	43
ANTT APROVA REDUÇÃO DOS VALORES DA TABELA FRETE	44
NOVA FERROESTE É ELEGÍVEL PARA EMISSÃO DE TÍTULOS VERDES, ATESTAM ESPECIALISTAS	45
BANCO MUNDIAL AUMENTA PARA 2,5% PREVISÃO DE PIB BRASILEIRO ESTE ANO	46
EXPORTAÇÕES SUPERAM AS IMPORTAÇÕES EM QUASE US\$ 4 BILHÕES EM SETEMBRO	47
MAERSK ADICIONA SEIS PORTA-CONTÊINERES VERDES DE 17.000 TEU À FROTA	48
JORNAL O GLOBO – RJ	49
EM CAMPANHA PARA O 2º TURNO, BOLSONARO LANÇA MEDIDAS VOLTADAS PARA BAIXA RENDA, MULHERES E NORDESTINOS	49
APOIO PRIVADO A HOSPITAIS PÚBLICOS AMPLIA ATENDIMENTO DE ALTO PADRÃO	51
SETOR DE GÁS ATRAI US\$ 20 BI EM INVESTIMENTOS ATÉ 2028	53
SENADO APROVA PROPOSTA QUE LIBERA USO DE RECURSOS DA COVID-19 PARA BANCAR NOVO PISO DE ENFERMEIROS	54
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	55
GM ABRE TERCEIRO TURNO DE TRABALHO EM JOINVILLE E CONTRATA 130 TRABALHADORES	55
VALE INICIA PROCESSO DE VENDA DE FATIA DE OPERAÇÃO DE NÍQUEL DE OLHO NA DEMANDA POR BATERIAS	56
CONGONHAS PODERÁ VOLTAR A TER VOOS INTERNACIONAIS, DIZ SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	57
VALOR ECONÔMICO (SP)	59
REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES, DA PETROBRAS, BATE RECORDE DE PRODUÇÃO DE DIESEL S-10	59
QUADRA CAPITAL REFORÇA ATUAÇÃO EM INFRAESTRUTURA COM EX-PRESIDENTE DA CCR	59
FORNECIMENTO DEVE DOBRAR NESTA DÉCADA COM A EXPLORAÇÃO DA CAMADA PRÉ-SAL	60
PORTAL PORTOS E NAVIOS	61
PORTO CATARINENSE BATE RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES	62
SANTOS BRASIL DÁ INÍCIO A OBRA DE AMPLIAÇÃO DO DO CLIA SANTOS	62
MAERSK ENCOMENDA SEIS NAVIOS QUE OPERAM COM METANOL VERDE	63
EXPORTADORES DE PROTEÍNA ANIMAL ALERTAM PARA NECESSIDADE DE REDUZIR GARGALOS PORTUÁRIOS	64
AGENTES DEFENDEM COOPERAÇÃO E INVESTIMENTOS EM PD&I PARA ALAVANCAR EÓLICAS OFFSHORE	65
HAPAG-LLOYD ADQUIRE NEGÓCIOS DE TERMINAIS DA SAAM	67
BRASIL FECHA PARCERIA COM ANGOLA DE OLHO NO SETOR DE HIDROCARBONETOS	67
PORTONAVE BATE RECORDES DE CONTÊINERES MOVIMENTADOS E DE FLUIDEZ NO GATE	69
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	70
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM	70



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

O HUB PORT BRASILEIRO É SANTISTA

Nenhum outro porto no Brasil tem participação de mercado equiparável ao de Santos

Por: Flávia Takafashi



Foto: Matheus Tagé/AT/Arquivo

Na última reunião de diretoria, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) divulgou um estudo sobre a quantificação da navegação feeder de contêineres na cabotagem brasileira. Para quem não está familiarizado com o termo, navegação feeder de cabotagem é aquela que, a partir de um porto concentrador conhecido como hub port, distribui a carga de contêiner de importação proveniente do comércio exterior para outros portos nacionais da costa brasileira (chamados feeder ports ou portos

alimentadores).

Na exportação, a navegação feeder ocorre quando concentra as cargas de contêineres vindas de um ou mais terminais nacionais para que a partir do hub port elas sejam enviadas ao porto estrangeiro de destino. A navegação feeder se difere da chamada cabotagem pura que é aquela cujos contêineres são distribuídos pela costa brasileira via marítima, mas não possuem origem ou destino no exterior, sendo apenas para consumo doméstico. O estudo foi feito a partir do levantamento dos bancos de dados da Antaq em conjunto com o Sistema Mercante gerido pela Receita Federal do Brasil e do Sistema de Controle da Arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

Levantados os dados de 2017 a 2021, o estudo apontou que o serviço feeder cresceu à taxa anualizada de 13,9%, enquanto a cabotagem pura cresceu a 12% no mesmo período, sendo que dentro de toda a navegação de cabotagem a proporção do feeder em relação à cabotagem pura variou, nesse período, entre 38% e 44%. O complexo portuário de Santos (Porto de Santos e TUP DP World Santos) é considerado a origem ou o destino nacional de 65,83% de toda carga feeder, número que o classifica como o maior ou o único hub port brasileiro, pois nenhum outro porto no Brasil tem participação de mercado equiparável.

A título de comparação, trago os dados do complexo portuário de Itajaí (Porto de Itajaí e TUP Portonave), por onde passam 2,04% da carga feeder, e do complexo de Paranaguá, por onde trafegam 4,89% desse mercado. E só para ter uma ideia da dimensão desse mercado, destaco que esses três complexos portuários concentraram 69,2% de toda carga destinada ou proveniente da navegação de longo curso em 2021. O complexo de Santos com 40,7%, o complexo de Itajaí com 17,6% e o complexo de Paranaguá com 10,9%. Das 15 principais rotas da carga feeder no Brasil, 12 passam pelo Porto de Santos, sendo a rota Vitória-Santos responsável por 17,9% da carga feeder movimentada em 2021.

Tendo uma participação mais expressiva na importação (quando determinado item chega ao mercado brasileiro), as principais cargas movimentadas no Porto de Santos foram produtos de plástico, insumos químicos, ferro e aço. Já na exportação santista se destacam produtos do agronegócio brasileiro como algodão, café, açúcar, carne e celulose.

No momento em que estamos discutindo a concessão do Porto de Santos e a licitação de um novo terminal de contêineres no Porto (o tão debatido STS10), esse estudo traz ainda mais clareza sobre a relevância de prover uma infraestrutura adequada para movimentar todas as cargas que demandam o mercado marítimo brasileiro. Se é sabido que cerca de 96% das cargas do comércio exterior brasileiro passam pelos portos, saber quem é o hub port brasileiro é imprescindível para a adoção das políticas públicas e instrumentos regulatórios que fortaleçam ainda mais a matriz de transporte nacional.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/10/2022

TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS PEDEM SEGURANÇA DE INVESTIMENTO A PRESIDENCIÁVEIS

Lista de reivindicações da ATP foi entregue aos candidatos ao Palácio do Planalto

Por: ATribuna.com.br



Para a ATP, é necessário haver a simplificação de procedimentos e a harmonização de competências Foto: Flavio Hopp/AT/Arquivo

Redução de custos, logística eficiente e segurança para garantir novos investimentos. Estas são algumas reivindicações da Associação dos Terminais Portuários Privados (ATP) aos presidentiáveis. Agora, com a disputa do segundo turno entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL), a questão ganha ainda mais importância, uma vez que o País terá seu futuro

definido no final deste mês.

De acordo com a entidade, infraestrutura, regulação, segurança jurídica e competitividade são os "pilares essenciais" do setor portuário. A ATP representa 31 empresas associadas e congrega 61 Terminais de Uso Privado (TUPs), que respondem por 60% da movimentação portuária brasileira.

Na infraestrutura, o documento ainda sugere logística de transporte integrada, apostando na multimodalidade, a partir da oferta de outros modais de transportes, principalmente de ferrovias, hidrovias e a navegação de cabotagem, que reduzirão parte dos custos logísticos. Segundo a carta, o escoamento dos produtos ainda está atrelado a um sistema "ineficiente".

"Neste quesito, atentamos às necessidades urgentes de dragagens de manutenção e aprofundamento dos canais de navegação que dão acesso aos principais portos e terminais do Brasil e, principalmente, aqueles localizados no Norte do País, onde é pujante a necessidade do escoamento do nosso agronegócio. Com a profundidade ideal, os canais permitirão uma maior utilização dos navios, reduzindo drasticamente o custo com fretes marítimos", destacou o presidente da ATP, Murillo Barbosa.

A ATP também critica distorções em cláusulas contratuais que impõem ao setor privado exigências e responsabilidades como se fosse equiparado à prestação de serviços das instalações públicas, excluindo-se o direito à livre iniciativa. A carta defende a liberdade de empreender para garantir a disposição dos investidores em aplicar seus projetos no Brasil.

"O futuro do Brasil, assim como o desenvolvimento da infraestrutura de transportes, depende de muitos desafios para tornar o custo do produto brasileiro mais competitivo. Por isso, reverberamos, neste manifesto, a confiança de que, a partir da próxima gestão à frente da República Federativa do Brasil, esse conjunto de medidas seja avaliado", afirma o documento.

Competitividade

Para otimizar a competitividade, o documento destaca simplificação de procedimentos e harmonização de competências, requisitos e atuação para celeridade na tomada de decisão. A carta diz que os agentes encontram inúmeras barreiras, dentre elas a falta de clareza e o excesso de tempo gasto em procedimentos considerados simples.

"Quando trabalhamos basicamente com exportações de commodities, nós precisamos ter uma competitividade muito grande porque o País fica muito longe dos centros consumidores desses produtos e nós precisamos de uma logística muito eficiente. Com relação à segurança jurídica, ela visa muito mais a atratividade de capitais. Nós precisamos apresentar a financiadores e empreendedores estrangeiros que o Brasil está com muita estabilidade. E a nossa regulação, nós sempre achamos que ela é um pouco excessiva quando a gente compara a nível mundial", destacou Barbosa.

Importância

A carta atesta que os terminais privados cresceram desde 2013, quando foi sancionada a Lei de Modernização dos Portos. "Contudo, persiste no País uma série de entraves regulatórios que geram distorções e impedem o maior desenvolvimento do setor", diz. "Existe e persiste uma visão distorcida dos portos privados de que devem ser regulados invasivamente", afirma.

De lá para cá, segundo a carta, 154 terminais de uso privado investiram mais de R\$ 55 bilhões com recursos próprios para a melhoria da infraestrutura e ampliação de suas capacidades operacionais. Por isso, conforme acrescenta, esse segmento precisa retomar as expectativas de investimento, pois também gera 47 mil empregos diretos e indiretos no País.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/10/2022

ANTT PUBLICA NOVA TABELA DE PREÇOS DO FRETE, COM REDUÇÃO MÉDIA DE 2,89% A 3,68%

O reajuste negativo nos valores ocorre após a Petrobras anunciar mais uma retração do preço do diesel

Por: Estádio Conteúdo

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 4, nova tabela com preços mínimos do frete rodoviário, que terão reduções médias de 2,89%, 3,21%, 3,37% e 3,68%. O reajuste negativo nos valores ocorre após a Petrobras anunciar mais uma retração do preço do diesel.



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O reajuste negativo nos valores ocorre após a Petrobras anunciar mais uma retração do preço do diesel. De acordo com a lei, sempre que ocorrer oscilação no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 5%, para mais ou para menos, a ANTT deve publicar novos valores. A lei foi sancionada no Governo Temer como uma das respostas à greve de caminhoneiros que parou o País em maio de 2018.

"Para o reajuste, A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) analisou a tabela de índice de preços divulgada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Entre o período de 28/9 a 1/10, o preço médio do Diesel S10 ao consumidor ficou em R\$ 6,73 por litro, o que resultou em um percentual de variação acumulado, desde a publicação da Portaria Suroc

nº 214, de 22 de agosto, de -5,61% - quando ocorreu o último reajuste na tabela frete", diz a agência em nota.

Para a Tabela A, de transporte rodoviário de carga lotação), a redução média foi de 2,89%. Para a Tabela B, de operações com a contratação apenas do veículo de cargas, houve reajuste negativo médio de 3,21%. Na Tabela C, de transporte rodoviário de carga lotação de alto desempenho, a retração média ficou 3,37%. E na Tabela D, para operações com a contratação apenas do veículo de cargas de alto desempenho, a redução média foi de 3,68%.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/10/2022

SEIS MESES APÓS CRIAÇÃO DE LEI, SETOR PORTUÁRIO AGUARDA REGULAMENTAÇÃO DO BR DO MAR

Apesar da promulgação do texto que visa estimular transporte por cabotagem, houve poucos ganhos

Por: Fernanda Balbino



Espera-se que a publicação das normas seja o ponto de partida para mais cargas na costa brasileira Foto: Carlos Nogueira/AT/Arquivo

Meio ano após a promulgação da Lei Federal 14.301/22, que criou o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, conhecido como BR do Mar, o setor portuário ainda aguarda a sua regulamentação. Até agora, segundo entidades, os ganhos foram mínimos. Atualmente, o Governo Federal prepara o detalhamento das novas regras.

O BR do Mar foi discutido no Projeto de Lei 4.199/20, do Poder Executivo, aprovado pela Câmara em dezembro do ano passado. Trechos vetados pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), foram reinseridos e promulgados no dia 25 de março.

O Governo Federal havia vetado alguns dispositivos, entre eles o que mudava a alíquota do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), taxa paga por cada frete feito no Brasil para bancar um fundo para compra e manutenção de navios; e o que previa a recriação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Bayard Umbuzeiro Filho, a entidade aguarda a publicação do decreto regulamentador. "Por enquanto, não observamos nenhum aumento significativo de cargas em função da aprovação do projeto".

Segundo Umbuzeiro, o avanço mais sentido foi a perspectiva de utilização do Reporto, que teve sua vigência ampliada para dezembro do ano que vem com a nova lei. O benefício suspende a cobrança do IPI, do PIS, da Cofins e do Imposto de Importação na compra de máquinas, equipamentos e outros bens para os terminais portuários.

"Ainda assim, apenas as empresas que entraram com medida judicial é que conseguiram na prática se valer do benefício em 2022. Pelo menos para 2023 o projeto está contemplado na proposta orçamentária do governo", afirmou o presidente da Abtra.

O presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, enfatiza que o Reporto foi o principal ganho para o setor portuário. O tema foi alvo de intensas negociações com o Governo Federal e o Congresso Nacional desde o ano passado.

"Derrubamos do veto (do presidente Bolsonaro) e (o Reporto) não precisa de regulamentação. A Receita Federal não está autorizando pedidos de Reporto porque o Orçamento de 2022 não contemplou essa renúncia fiscal. Por isso, só estamos ganhando quando a empresa entra na Justiça. Para 2023, não teremos problema", destacou o presidente da ATP.

Status

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, no fim de março, com a sanção da Lei 14.301/2022, a pasta iniciou o processo de fundamentação técnica e discussão das definições regulamentares do BR do Mar com todos os órgãos envolvidos e com o setor. "Nota técnica e exposição de motivos do texto proposto estão sendo analisados juridicamente para, posteriormente, serem enviados para a Casa Civil da Presidência da República".

Porém, segundo o Ministério, a lei traz mudanças que não dependem de regulamentação, ou seja, são autoaplicáveis. Entre elas, estão a Empresa Brasileira de Investimento e afretamento a casco nu de uma embarcação.

Também já foi publicada a Portaria 976/2022, que faz parte da regulamentação e liberou as empresas brasileiras de Navegação (EBN) e de Navegação Condicionada (EBN-CON) a requererem ao Ministério da Infraestrutura a habilitação no BR do Mar.

Expectativa

Segundo o Ministério da Infraestrutura, com as novas regras para a cabotagem, será possível ampliar em 40% a capacidade da frota marítima dedicada à cabotagem nos próximos três anos, excluindo as que operam no petróleo e derivados. O BR do Mar prevê que as empresas poderão, depois de um prazo de transição, alugar embarcações a casco nu (alterando a bandeira estrangeira do navio para brasileira) sem ter navios brasileiros próprios. A liberação total, no entanto, acontecerá só em quatro anos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/10/2022

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

ASSINATURA DE TERMO COM O GOVERNO DO MATO GROSSO VAI PERMITIR INVESTIMENTOS NA BR-163/MT

Com o TAC entre ANTT e MT Par, empresa de sociedade mista mato-grossense assume o controle da concessão da rodovia

O Ministério da Infraestrutura, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), assinou nesta terça-feira (4) um termo de ajuste de conduta (TAC) com o governo do Mato Grosso que vai permitir a retomada de investimentos na BR-163/MT. Construída em conjunto entre MInfra e estado, a medida busca garantir o aporte financeiro necessário para as obras de restauração e duplicação da rodovia de forma mais rápida e eficiente.

Importante corredor logístico, a BR-163/MT possibilita o principal meio de escoamento de grãos e leguminosas da região Centro-Oeste. A nova versão do TAC celebrada com a concessionária Rota do Oeste, que deixará a administração da rodovia, dará uma resposta mais imediata aos usuários, diminuindo os gargalos logísticos e o número de acidentes, além de movimentar o agronegócio

regional, melhorando as condições de vida da comunidade. Outros benefícios oferecidos pelo TAC incluem o incentivo à redução do frete rodoviário e o aumento de postos de trabalho.

Participaram do evento o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, o governador do Mato Grosso, Mauro Mendes, o diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale, e o presidente em exercício do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas.

“Na base do diálogo, conseguimos chegar à melhor solução possível para o erário, para o contribuinte e para os milhares de motoristas que usam diariamente a rodovia. O Mato Grosso terá a Infraestrutura rodoviária que toda a sua população merece”, afirmou o ministro da Infraestrutura.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 04/010/2022



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

SEGUNDO DIA DE COOPERAPORTOS TRAZ PALESTRAS SOBRE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA FROTA MARÍTIMA

Pela manhã, participantes abordaram, em seus painéis, temas envolvendo combustíveis denominados “verdes”, além da referência ao sistema de energia eólica offshore

Rio de Janeiro, 04/10/2022 - Até 2026, o óleo diesel marítimo e o óleo combustível com baixo teor de enxofre deverão abastecer quase a totalidade da frota marítima. Também haverá o desenvolvimento de projetos para uso de hidrogênio e amônia, além do aumento de testes utilizando-se metanol e biocombustíveis. Essas foram algumas projeções apresentadas pela Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA-IMO/Marinha do Brasil) nesta terça-feira (04), no XXIX Encontro Cooperaportos - que acontece sob coordenação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e se encerra na quarta-feira (05), no Porto do Açu (RJ).

A previsão é de que, até 2030, combustíveis do tipo drop-in (bio-hidrocarbonetos, como o diesel verde) ou que requeiram retrofit mais simples (uma espécie de conversão para uso de combustíveis sustentáveis) sejam predominantes no setor. O Metanol e os biocombustíveis poderão ter um papel importante nesta transição. Supõe-se, ainda, que uma parcela pequena da frota marítima seja movida a amônia e hidrogênio. Em um planejamento estratégico, espera-se que, até 2050, uma parte considerável dos navios utilize combustíveis de baixo ou neutro carbono, conforme traçado exposto no painel “Combustíveis Verdes e Mudanças Climáticas”.

Também foram expostas, no mesmo cronograma, as medidas de mitigação e adaptação climática na percepção dos gestores e a sua inserção no planejamento e estruturação de projetos. Um ponto relevante se deu após a apresentação de uma pesquisa realizada pela gerência de Meio Ambiente da Infra S.A, que apresentou os resultados de uma pesquisa realizada com as autoridades portuárias sobre a gestão das mudanças climáticas: quando perguntado às autoridades portuárias sobre o uso de combustível alternativo - como gás natural, metanol, amônia, por exemplo, aqueles que se dispuseram a participar - em sua maioria (54,8%), disseram que tinham muito conhecimento sobre o tema, enquanto que 19% afirmaram não ter nenhum conhecimento.

Dentre as medidas e ações debatidas no encontro que podem ser adotadas para adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas estão: geração de eletricidade com zero emissão de CO₂; priorização de ferrovias; e baterias instaladas em pequenas embarcações.



Eólicas Offshore

De acordo com a Marinha do Brasil, o Planejamento Espacial Marinho (PEM) é um instrumento público para a governança e soberania da Amazônia Azul - área marítima brasileira que, por conta das riquezas naturais e minerais abundantes, é chamada assim numa comparação à importância da floresta amazônica para o país. Com o PEM, há um maior planejamento para o emprego mais racional do espaço marinho e as interações entre seus usos.

Nesse contexto, o sistema de energia eólica offshore (fonte de energia limpa e renovável que se obtém a partir do aproveitamento da força do vento que sopra em alto-mar) é fundamental. Porém, para o seu estabelecimento, são necessários o PEM e o desenvolvimento da infraestrutura portuária.

Participação Dinamarquesa

Representantes da Autoridade Marítima Dinamarquesa e da Autoridade Dinamarquesa de Aviação Civil e Ferroviária participaram do Cooperaportos na manhã desta terça-feira. As autoridades estrangeiras abordaram a importância da descarbonização no transporte marítimo.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 05/10/2022

EM ABERTURA DO COOPERAPORTOS, ANTAQ DESTACA RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA AMBIENTAL VOLTADA À GESTÃO PORTUÁRIA

Agência assinou Acordo de Cooperação Técnica com a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). A ideia é executar planos, programas e pesquisas de interesse comum entre os envolvidos

Rio de Janeiro, 03/10/2022 - Começou hoje a 29ª edição do Cooperaportos, que tem como tema o "Papel do setor portuário na transição energética". A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) faz parte da coordenação do evento, que ocorre ao vivo com transmissão via plataforma Zoom. Representantes dos setores público e privado confirmaram presença no encontro, que acontece no Porto do Açu (RJ) até quarta-feira (05).

Durante a abertura, o diretor-geral da ANTAQ ressaltou a relevância da questão ambiental como temática dos painéis. O sistema de energia eólica offshore foi lembrado no evento, sendo o debate sobre esse tema um dos compromissos firmados com o Acordo de Cooperação Técnica entre a Agência e a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). O objetivo é promover, dentre outras questões, o intercâmbio de equipes técnicas para troca de experiências e informações.

O primeiro painel do encontro tratou sobre a "Descarbonização e transição energética na atividade portuária". Entre os trabalhos apresentados estavam: "Iniciativas no Porto do Açu" e "Iniciativas energéticas com o Hidrogênio Verde no Porto de Pecém", além da apresentação feita pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura que abordou a temática "O cenário verde e a urgência da descarbonização nos portos".

PROGRAMAÇÃO

04 de outubro

9h00 - Painel 2: Combustíveis Verdes e Mudanças Climáticas



Resultados do Subcomitê de Combustíveis Marítimos, com ênfase nos desafios portuários e de infraestrutura

Comte. Flávio Haruo Mathuiy, Capitão de Mar e Guerra na Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional - CCA-IMO/Marinha do Brasil

Medidas de mitigação e adaptação climática na percepção dos gestores e a sua inserção no planejamento e estruturação de projetos

Paula Durante Tagliari, Gerente de Meio Ambiente na Empresa de Planejamento e Logística S.A.

Iniciativas do Governo Brasileiro direcionadas à transição energética, considerando as perspectivas com novos projetos de energias renováveis e combustíveis verdes e suas interações com o setor portuário

Roberta Cox, Assessora Especial do Ministro do Meio Ambiente

10h00 - Coffee break

10h15 - Painel 3: Eólicas offshore

Introdução sobre o projeto "Zero Emission Shipping Mission" e a interface entre os portos e transporte marítimo com os projetos de eólicas offshore

Mette Festersen Jensen, Special Advisor na Danish Maritime Authority – DMA e Henrik Thornblad, Senior Advisor na Danish Civil Aviation and Railway Authority

Os projetos de eólicas offshore no contexto do Planejamento Espacial Marinho (PEM)

Comte. Rodrigo de Campos Carvalho, Encarregado do PEM e da Divisão de Recursos Vivos na Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM/Marinha do Brasil

Estudo de planejamento espacial marinho no Porto do Açu

Vinícius Patel, Diretor de Administração Portuária

Avaliação dos potenciais conflitos de uso no âmbito do licenciamento ambiental dos projetos de eólicas offshore

Breno Bispo, Analista Ambiental na Coordenação de Licenciamento Ambiental de Energia Nuclear, Térmica, Eólica e de Outras Fontes Alternativas da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama.

12h15 - Almoço

14h00 - Visita técnica ao Terminal 2 do Porto do Açu

17h00 - Encerramento

05 de outubro

9h00 - Visita técnica na Reserva Caruara

10h00 - Coffee break

10h15 - Painel 4: Desafios Regulatórios para a Transição Energética na Área Portuária no Brasil

O estado da regulamentação do Decreto Nº 10.946/2022

Karina Sousa, Assessora na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME

O estado da regulação internacional do uso de combustíveis marítimos e o contexto brasileiro

Comte. Flávio Haruo Mathuiy, Capitão de Mar e Guerra na Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional - CCA-IMO/Marinha do Brasil



A inserção dos aspectos de sustentabilidade na atuação regulatória do setor aquaviário

José Renato Ribas Fialho, Superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq

11h45 - Encerramento do XXIX CooperaPortos

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 04/10/2022

PORTO DE ITAJAÍ: DOCUMENTAÇÃO SOBRE CONCESSÃO DO PORTO ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA

Documentos técnicos podem ser acessados pela página da Audiência Pública nº 5 de 2022

Brasília, 03/10/2022 – A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) informa que disponibilizou o acesso aos documentos que foram enviados ao Tribunal de Contas da União relativos à concessão do Porto de Itajaí (SC).

Os interessados na licitação portuária podem visualizar e fazer download dos arquivos relacionados à Audiência Pública nº 05/2022 no menu “Participação Social” ou acessando o link: <https://nuvem.antaq.gov.br/index.php/s/LtI4mUCmP69N16z>.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 04/10/2022



Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

EXAMES DE PROFICIÊNCIA PODERÃO SUBSTITUIR CONCURSO PARA TRADUTORES E INTÉRPRETES

Medida visa simplificar a matrícula, abrir mercado e ampliar acesso aos serviços de tradução juramentada

Foi publicada nesta quarta-feira (5/10) a Instrução Normativa (IN) nº 74, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) do Ministério da Economia, que altera a IN nº 52 e especifica quais exames nacionais ou internacionais de proficiência atendem aos requisitos para comprovação de grau de excelência e podem ser aceitos em substituição ao concurso para exercício da profissão de tradutor e intérprete público. A simplificação e desburocratização da matrícula tem o objetivo de promover a abertura de mercado, com geração de emprego e renda, e ampliar o acesso aos serviços de tradução juramentada.

A nova norma altera a redação do artigo 19 da IN Drei nº 52, de 29 de julho de 2022, em razão de decisão judicial liminar proferida em Ação Civil Pública, que determinou a definição de como e quais instituições certificadoras e respectivos exames de proficiência por elas aplicados seriam reconhecidos.

A IN nº 74 especifica que o grau de excelência em exames nacionais ou internacionais de proficiência para comprovar a aptidão do profissional deverá ser verificado pelas juntas comerciais, mediante apresentação de certificação emitida no Nível C2, conforme escala definida no Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QECR)/Common European Framework of Reference for Languages, ou certificação que ateste nível de proficiência equivalente à escala adotada pelo QECR, quando a avaliação ocorrer por meio de outro referencial.

O normativo traz um anexo com a Lista de Exames Nacionais ou Internacionais de Proficiência para 12 idiomas. Essa relação – que detalha os exames que cumprem os requisitos para serem aceitos em substituição ao concurso – tem caráter exemplificativo e pode ser atualizada sempre que necessário.

Comércio internacional

A profissão de tradutor e intérprete foi regulamentada pela Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, com a dispensa de concurso para aferição de aptidão àqueles profissionais que obtiverem grau de excelência em exames nacionais ou internacionais de proficiência. A IN nº 74 estabelece, de forma clara, o nível a ser obtido para fins de excelência.

Segundo a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia – à qual o Dre é vinculado –, a nova regulamentação contribuirá para a abertura do Brasil ao comércio internacional e ao intercâmbio de estudos, além de permitir que mais profissionais executem o serviço.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 05/10/2022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA RECEBERÁ SUGESTÕES PARA ELABORAÇÃO DA REFORMA REGULATÓRIA NO BRASIL

As contribuições visam atender às recomendações do relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o tema

A Secretaria de Acompanhamento Econômico da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Seae/Sepec/ME) abriu a Tomada de Subsídio Seae nº 01/2022 – Plano para o Atendimento às Recomendações do Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a reforma regulatória do Brasil. O objetivo é apresentar sugestões e colher contribuições para consolidar proposta que atenda às indicações do relatório da OCDE sobre a reforma regulatória do Brasil.

As recomendações da OCDE foram agrupadas em quatro eixos:

1. Política e Instituições;
2. Avaliação ex ante do regulamento e engajamento das partes interessadas na formulação de regulações;
3. Revisão do estoque regulatório;
4. Coerência regulatória e política regulatória em nível subnacional.

A iniciativa visa aprimorar o direcionamento das recomendações e, em última instância, o fortalecimento da Política de Melhoria Regulatória brasileira. Assim, o engajamento e a participação social são fundamentais para o aprimoramento e a legitimidade da iniciativa.

Interessados poderão apresentar contribuições no período de 3 de outubro a 4 de novembro de 2022, por meio do Portal Participe + Brasil. Já as dúvidas devem ser encaminhadas via portal www.gov.br/reg.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 04/10/2022



SERVIDORES DO TCU, MPF E JUDICIÁRIO JÁ PODEM FAZER PROVA DE VIDA DIGITAL PELO GOV.BR

Aposentados e pensionistas podem realizar a comprovação de vida anual obrigatória de forma remota, por meio de reconhecimento facial do aplicativo

O recadastramento obrigatório anual de servidores públicos aposentados e pensionistas agora está disponível digitalmente em mais dois órgãos autônomos e dois do poder Judiciário. Os beneficiários do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Brasília e Tocantins) e do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) já podem realizar a prova de vida digital por meio de reconhecimento facial no aplicativo GOV.BR.

O serviço digital é seguro e traz maior comodidade ao cidadão, que não precisa comparecer ao órgão para realizar a comprovação de vida, procedimento necessário para evitar fraudes e pagamentos indevidos do benefício de aposentadoria ou pensão. No aplicativo GOV.BR, a prova de vida está disponível na aba “serviços”, podendo ser consultado, ainda, o histórico de realizações de recadastramento anuais, de acordo com a determinação do órgão de origem.

Além do MPF e dos tribunais, a prova de vida digital pelo GOV.BR é realizada, também, em outros órgãos e entidades fora do Executivo Federal, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), os estados de Goiás e da Bahia, a prefeitura de Recife, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Como realizar a prova de vida no GOV.BR

Para realizar a prova de vida, é necessário baixar o aplicativo GOV.BR e cadastrar uma conta na plataforma. Caso já tenha uma conta, o usuário só precisa fazer login no app instalado no celular, digitando CPF e senha.

Quem ainda não possui conta na plataforma, pode criar uma aqui.
<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/conta-gov-br>

O processo de reconhecimento facial no GOV.BR é feito utilizando a câmera do celular, sendo necessário que a pessoa autorize o uso do dispositivo. O procedimento só é possível a usuários que já tenham cadastro biométrico, para emissão do título de eleitor ou da Carteira Nacional de Trânsito (CNH), no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou na Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 04/10/2022

SANTA CATARINA IMPLEMENTA BALCÃO ÚNICO DE ABERTURA DE EMPRESAS

Estado também adotou a assinatura eletrônica GOV.BR, que possibilita a redução de custos e de burocracia

Santa Catarina já conta com o Balcão Único de Abertura de Empresas, sistema de coleta única de dados necessários para a abertura, legalização e funcionamento de empresas. O estado é a 25ª Unidade Federativa a implementar este fluxo simplificado e ágil para a abertura de novos negócios.

O estado também adotou a assinatura eletrônica, que permite aos empreendedores assinar documentos gratuitamente a partir de sua conta GOV.BR, garantindo a autenticidade e a segurança de um certificado digital, e eliminando custos e burocracias. Com isso, a Junta Comercial do estado de Santa Catarina também se torna a 25ª do país a utilizar a solução que possibilita a assinatura digital de documentos digital e amplia a adesão aos serviços públicos digitais de registro de empresas.



De acordo com dados do Painel Mapa de Empresas – da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia –, em agosto último, o prazo médio para a abertura de uma empresa no Brasil caiu para 23 horas ao final do segundo quadrimestre deste ano. É o menor tempo médio já registrado. O patamar atual representa queda de 17 horas (42,5%) em relação ao final do primeiro quadrimestre do ano, encerrado em abril; e de um dia e 17 horas (64,1%) em comparação com o final do segundo quadrimestre de 2021.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 04/10/2022

BRASIL FECHA SETEMBRO COM SUPERÁVIT DE US\$ 3,99 BILHÕES NA BALANÇA COMERCIAL

Corrente de comércio alcançou US\$ 53,90 bilhões no mês, com US\$ 28,95 bilhões de exportações e US\$ 24,95 bilhões de importações; no ano, saldo positivo é de US\$ 47,86 bilhões

Abalança comercial brasileira fechou o mês de setembro com superávit de US\$ 3,99 bilhões, o que elevou o saldo positivo acumulado no ano para US\$ 47,86 bilhões. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (3/10) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, durante entrevista coletiva virtual. Participaram o subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior, Herlon Brandão; e o coordenador-geral de Estatísticas, Saulo Castro.

Em setembro, as exportações somaram US\$ 28,95 bilhões e as importações, US\$ 24,95 bilhões, resultando no saldo positivo de US\$ 3,99 bilhões e corrente de comércio de US\$ 53,90 bilhões. No ano, as exportações totalizam US\$ 253,84 bilhões e as importações, US\$ 205,97 bilhões, com saldo positivo de US\$ 47,86 bilhões e corrente de comércio de US\$ 459,81 bilhões.

Veja os principais resultados da balança comercial

https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html

Exportações

Nas exportações, comparadas as médias do mês de setembro deste ano (US\$ 1,37 bilhão) com a de setembro de 2021 (US\$ 1,16 bilhão), houve crescimento de 18,8%. Foi registrado crescimento de 47,5% na Agropecuária, que somou US\$ 5,85 bilhões; queda de 4,1% na Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 6,76 bilhões e, por fim, crescimento de 22,3% na Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 16,13 bilhões. A combinação destes resultados levou ao aumento do total das exportações.

A expansão das exportações foi puxada, principalmente, pelo crescimento nas vendas dos seguintes produtos: milho não moído, exceto milho doce (260,0%), café não torrado (42,6%) e soja (6,4%) na Agropecuária; outros minerais em bruto (77,7%), outros minérios e concentrados dos metais de base (191,6%) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (40,9%) na Indústria Extrativa; açúcares e melaços (44,7%), farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais (71,8%) e celulose (68,9%) na Indústria de Transformação.

Em relação às importações houve crescimento de 24,9% (média de US\$ 1,18 bilhão, em setembro de 2022; ante US\$ 951,21 milhões, em setembro do ano passado). Foi apurado crescimento de 7,6% na Agropecuária, que somou US\$ 487 milhões; crescimento de 40,6% na Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 1,84 bilhão e, por fim, crescimento de 24,7% na Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 22,43 bilhões. A combinação destes resultados motivou ao aumento das importações, explica a Secex.

O movimento de crescimento nas importações foi influenciado pela ampliação das compras dos seguintes produtos: trigo e centeio, não moídos (32,0%), cevada, não moída (5.632,8%) e frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (21,5%) na Agropecuária; pedra, areia e cascalho (70,0%),



outros minerais em bruto (9,7%) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (192,7%) na Indústria Extrativa; óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (142,9%), compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas (65,4%) e inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes (75,1%) na Indústria de Transformação.

A média diária da corrente de comércio totalizou US\$ 2,56 bilhões em setembro e o saldo, também por média diária, foi de US\$ 190,17 milhões. Em comparação com a média de setembro de 2021, houve crescimento de 21,5% na corrente de comércio.

Resultados no ano

Nas exportações, comparadas as médias do período entre janeiro e setembro de 2022 (US\$ 1,34 bilhão) com a de igual período de 2021 (US\$ 1,13 bilhão) houve crescimento de 18,4%. Houve crescimento de 31,7% na Agropecuária, que somou US\$ 59,60 bilhões; queda de -9,4% na Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 56,96 bilhões e, por fim, crescimento de 29,4% na Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 136,06 bilhões. A associação destes resultados levou ao aumento do total das exportações.

O crescimento nas exportações no acumulado do ano foi influenciada pelo crescimento das vendas nos seguintes produtos: milho não moído, exceto milho doce (171,9%), café não torrado (53,8%) e soja (20,9%) na Agropecuária; outros minerais em bruto (75,2%), minérios de níquel e seus concentrados (41,8%) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (33,1%) na Indústria Extrativa; carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (39,7%), farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais (42,3%) e óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (86,4%) na Indústria de Transformação.

Em relação às importações, houve crescimento de 30,6% na comparação entre as médias dos primeiros nove meses de 2022 (US\$ 1,08 bilhão) em relação ao mesmo período do ano passado (US\$ 834,24 milhões). A Secex informa que houve crescimento de 12,8% em Agropecuária, que somou US\$ 4,36 bilhões; expansão de 90,9% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 16,80 bilhões e crescimento de 28,3% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 183,01 bilhões. A combinação destes resultados levou ao aumento do total das importações.

A média diária da corrente de comércio do período entre janeiro e setembro totalizou US\$ 2,43 bilhões, ou seja, crescimento de 23,6% em relação a igual período de 2021.

Previsão

A Secex também divulgou novas estimativas para o resultado da balança comercial brasileira em todo o ano de 2022. A atual projeção indica superávit da balança comercial de US\$ 55,4 bilhões (ante R\$ 81,5 bilhões na previsão anterior), com US\$ 330,3 bilhões de exportações e US\$ 274,9 bilhões de importações, resultando em corrente de comércio de US\$ 605,2 bilhões.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 04/10/2022

REGULAMENTADO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO EM LICITAÇÕES ELETRÔNICAS

Instrução Normativa Nº 73 regula o artigo 33 da nova lei de licitações e entra em vigor a partir do dia 1º de novembro; uma série de webinários esclarecem dúvidas a partir desta segunda-feira, dia 3

Nesta segunda-feira (03/10), foi publicada, no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa (IN) nº 73, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na



forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, na Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. A norma, que regulamenta o artigo 33 da nova lei de licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/21), entra em vigor no dia 1º de novembro.

Para esclarecer dúvidas sobre o novo normativo, a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES/ME) realiza, a partir desta segunda-feira, a semana do pregão pela nova lei de licitações. O primeiro evento da série de webinários acontece hoje, às 15h, no canal de streaming do ME. Nesta segunda-feira e na terça e quarta-feira, os encontros abordam o novo normativo e, na quinta e sexta-feira, será tratada a nova ferramenta do sistema Compras.gov.br - Pregão Eletrônico pela Lei n.º 14.133/21.

A instrução normativa é a primeira que estabelece procedimentos por critérios de julgamento nas licitações pela nova lei na Administração Pública Federal, Direta, Autárquica e Fundacional. De caráter regulamentar-procedimental, a norma está de acordo com o atual contexto de transformação digital das compras públicas e tem o objetivo de estabelecer as diretrizes para a efetivação dos ritos de forma eletrônica, alcançando, ainda, a modalidade pregão, concorrência e a fase competitiva da modalidade diálogo competitivo.

O novo normativo estabelece as fases sucessivas de realização dos procedimentos e prevê a realização deles à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, o Compras.gov.br. Economicidade, transparência, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, além da racionalização e padronização processual estão entre os impactos da publicação da IN.

Considerando a relevância da matéria, uma consulta pública foi realizada em 2021 para a discussão do assunto e, na ocasião, foram recebidas 65 contribuições, dentre sugestões e comentários à iniciativa. O conteúdo foi reunido no portal de compras do governo federal.

Pregão Eletrônico

A modalidade pregão na forma eletrônica foi instituída pelo Decreto 10.024, de setembro de 2019, que tornou o formato obrigatório para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, para toda Administração Pública Federal, Direta, Autárquica e Fundacional e para estados e municípios nas contratações que utilizem recursos de transferências voluntárias da União.

Três anos após a regulamentação, o pregão eletrônico é a modalidade que mais movimentou recursos nas licitações públicas, alcançando, em 2021, o valor de R\$ 105 bilhões, representando mais de 98% de todo valor homologado.

Com a nova lei de licitações (Lei 14.133/21) e a regulamentação do critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, o pregão eletrônico e o sistema de compras do governo federal consolidam a digitalização das contratações públicas no País, a agilidade e a transparência nos processos de licitações geradas pelo Decreto 10.024/19.

Saiba mais sobre as compras públicas clicando aqui. <http://paineldecompras.economia.gov.br/>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 04/10/2022

COMPANHIAS ABERTAS DE MENOR PORTE PODEM REALIZAR ELETRONICAMENTE PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS POR LEI

Medida entra em vigor a partir desta segunda-feira (3/10); publicações obrigatórias poderão ser feitas sem necessidade de taxas ou custos adicionais

Entra em vigor nesta segunda-feira (3/10) a Resolução CVM nº 166, de 1º de setembro de 2022, que permite que as companhias abertas de menor porte – sociedades anônimas com receita bruta

anual inferior a R\$ 500 milhões – realizem suas publicações obrigatórias por meio dos sistemas Empresas.NET ou Fundos.NET, sem necessidade de taxas ou custos adicionais.

Instituída pela Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, conhecida como o Marco das Startups e do Empreendedorismo Inovador, a flexibilização dependia de regulamentação por parte da CVM.

No caso de empresas de capital fechado com receita bruta anual de até R\$ 78 milhões, a Portaria ME nº 12.071, de outubro de 2021, possibilitou a realização das publicações obrigatórias na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Eletrônica (SPED), também isenta de pagamento de taxas, conforme previsto no Marco das Startups.

A divulgação das publicações obrigatórias pela internet é a forma mais eficaz de garantir o acesso às informações prestadas pelas empresas, ampliando o alcance e a transparência das informações ao mesmo tempo em que reduz custos relevantes para as companhias de menor porte.

Além disso, a publicação em plataformas eletrônicas torna-se ainda mais efetiva com a possibilidade de consulta em base de dados unificada, de âmbito nacional, por parte de qualquer cidadão e a todo momento.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 04/10/2022



PORTAL PORTO GENTE

VOTORANTIM CIMENTOS APRESENTA SUA NOVA MARCA

Redação Portogente

Projeto de rebranding reflete estratégia global e evolução da empresa de materiais de construção e soluções sustentáveis. Companhia lança também novas embalagens e campanha de mídia no mercado brasileiro de cimentos

A Votorantim Cimentos, empresa de materiais de construção e soluções sustentáveis, apresenta sua nova marca corporativa: mais contemporânea, plural e que representa a diversidade de suas pessoas, produtos e negócios, unindo tradição, inovação e olhar para o futuro. A nova identidade visual busca conectar os objetivos estratégicos da companhia e seus compromissos de sustentabilidade com o processo de transformação e de crescimento em diferentes segmentos e atividades. A Votorantim Cimentos hoje é uma empresa global, presente em 11 países, oferecendo serviços e produtos nos mercados de construção, agronegócio, gestão de resíduos, economia circular e logística.



“A Votorantim Cimentos está vivendo uma jornada de evolução e de transformação. Redefinimos nossa estratégia, revisitamos nossa cultura,

crescemos, expandimos. Essa visão de longo prazo abre novos caminhos e novas áreas de atuação, com o desenvolvimento de produtos e serviços para suprir as necessidades da sociedade. Queremos construir mudanças sem apagar a nossa história. Daí a necessidade de traduzir tudo isso em uma nova marca, que comunique tudo o que fazemos, do solo até o ponto mais alto da cidade”, afirma Geraldo Magella, Gerente Geral Global de Comunicação Corporativa e Gestão de Marca da Votorantim Cimentos.



O projeto de rebranding da Votorantim Cimentos é assinado pela FutureBrand São Paulo. O novo formato do “V” da marca honra o legado da companhia e ganha uma perspectiva que simula o movimento rumo ao futuro. Ao combinar novas cores com novos grafismos e fontes, o universo visual reflete a solidez e a flexibilidade da empresa.

“A Votorantim Cimentos acredita no crescimento sustentável por meio de soluções que gerem impacto positivo e se conectem genuinamente com as pessoas. E a chave para o amanhã vem dessa crença”, diz André Matias, sócio e diretor da FutureBrand São Paulo. “O rebranding coloca a companhia na posição de atender as multiplicidades e os desafios que estão por vir. É a tradição e a força da Votorantim Cimentos com esse foco na inovação e no amanhã”, completa.

Novas embalagens de cimento e campanha de mídia – Alinhada à nova marca corporativa, a Votorantim Cimentos apresenta também os novos layouts para suas marcas de cimento no mercado brasileiro: Votoran, Cimento Itaú, Tocantins e Poty. As novas embalagens trazem as marcas dos produtos em evidência, com visual mais limpo e layout moderno, reforçando a cor azul tão reconhecida no mercado de forma harmônica com o verde, simbolizando uma visão de sustentabilidade em seus produtos e serviços.

“Fizemos um trabalho muito cuidadoso, com pesquisas qualitativas e testes com público externo e interno. Nosso objetivo é que as novas embalagens reflitam a força das nossas marcas em todas as regiões do Brasil”, afirma Hugo Armelin, diretor de Marketing, Comercial e de Operações de Concreto da Votorantim Cimentos.

As novas embalagens dos cimentos Votoran, Itaú, Poty e Tocantins serão apresentadas ao público em campanha produzida pela agência OMZ, com lançamento nacional em 9 de outubro. No filme para TV “Especialistas”, a Votorantim Cimentos convidou um time especializado para avaliar seu produto: um pedreiro, um mestre de obras, uma engenheira e o cantor Leonardo, especialista em pescaria e em churrasco na laje. Com o mote “É bom demais”, o cantor Leonardo será o protagonista dos filmes nas versões nacional e regionais, além de gravar o novo jingle da marca e ativar suas redes sociais. A campanha contará também com spots de rádio, materiais e ações em ponto de venda e mídias sociais.

“A campanha irá transmitir ao público, tanto os pedreiros como os donos de obra, a qualidade superior dos cimentos Votoran, Poty, Itaú e Tocantins, reconhecidos em todo o Brasil. Além disso, ela apresentará a nova identidade visual da marca, que se estende desde a logomarca até as embalagens dos cimentos, que ganharam um design mais clean e proprietário, criando uma maior diferenciação no ponto de venda e fortalecendo a identificação dos produtos, que têm o endosso da Votorantim Cimentos”, diz Mayra Cordeiro, diretora executiva de atendimento e criação da OMZ.

Para o cantor Leonardo, é um prazer participar da campanha e reforçar os atributos da marca como confiança e tradição. “O jingle e conceito da campanha não poderiam ter uma sinergia maior comigo e com a minha música. Fiquei muito feliz com o convite da Votorantim Cimentos e estou animado para espalhar o conceito ‘É bom demais’ por todo Brasil”, diz Leonardo.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 04/10/2022

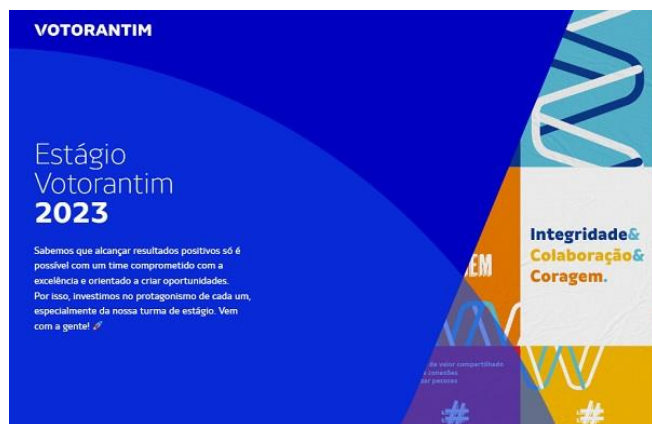
VOTORANTIM ABRE OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO PARA 2023

Redação Portogente

Estudantes podem se candidatar a vagas em quatro áreas: jurídica, investimentos, RH e engenharia

A Votorantim, empresa de investimentos brasileira com presença em 16 países, está com inscrições abertas para sua jornada de estágio em 2023. Na Votorantim, as vagas são focadas em três áreas de atuação: investimentos e gestão de portfólio, desenvolvimento humano e organizacional (DHO) e jurídica. Além disso, a Altre, empresa de investimentos imobiliários da Votorantim, também está

com uma oportunidade aberta, na área de operações e engenharia. Estudantes interessados têm até o dia 19 de outubro para se cadastrarem pelo link Estágio Votorantim 2023.



Para estágio na área jurídica, podem participar do processo seletivo universitários do curso de Direito e com pelo menos dois anos até a conclusão da graduação. Para o estágio na Altre, busca-se estudantes do curso de Engenharia Civil, que atuarão na gestão de empreendimentos em desenvolvimento. Já para as demais vagas, são aceitos universitários de quaisquer cursos de graduação, com formação a partir de dezembro de 2023 e que possuam interesse nas atividades da área.

Os estudantes selecionados receberão bolsa-auxílio mensal de R\$ 2.500,00, plano de saúde e seguro de vida, vale-refeição e vale-transporte. A empresa oferece ainda atendimento psicológico subsidiado, parceria com o Gympass e acesso à plataforma digital de aprendizado LIT Saint Paul.

A jornada de Estágio na Votorantim terá início em janeiro, com carga horária diária de 6 horas, e oferece trilha de desenvolvimento estruturada, que inclui módulos focados em desenvolvimento interpessoal, pilar técnico alinhado ao mercado de atuação, idiomas, Excel e módulo de liderança.

O estágio na área de investimento permite atuar diretamente na construção de novas teses de investimento no Brasil e no exterior e acompanhará a agenda estratégica das empresas do portfólio, influenciando as decisões de alocação de capital da gestora e suas investidas. Na área de DHO, o estágio está focado nas atividades de RH e comunicação. No Jurídico, a atuação será transversal entre Contencioso e Consultivo, que têm como missão zelar pela defesa dos interesses da empresa e garantir a máxima mitigação de riscos nas seguintes áreas: cível, ambiental, trabalhista, previdenciário e tributário.

Já na Altre, a área de Operações e Engenharia é responsável pela operação e gestão de o todo portfólio de empreendimentos em desenvolvimento em todo ciclo de vida do ativo imobiliário.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 04/10/2022

EMIRATES SKYCARGO E UNITED CARGO ANUNCIAM ACORDO HISTÓRICO

Redação Portogente



A Emirates SkyCargo e a United Cargo assinaram um acordo (Memorando de Entendimento, MoU) logo após o novo acordo comercial histórico mais abrangente entre duas das maiores companhias aéreas globais. Essa colaboração trará benefícios aos clientes de transporte aéreo de carga da Emirates Skycargo e United Cargo em todo o mundo.

O acordo foi assinado por Nabil Sultan, vice-presidente sênior da divisão de

transporte de carga da Emirates, e Jan Krems, presidente da United Cargo, no Simpósio Mundial de Carga (World Cargo Symposium, WCS), evento da IATA em Londres, Reino Unido.

Segundo os termos do MoU, a Emirates SkyCargo e a United Cargo vão trabalhar juntas em vários aspectos, que incluem a expansão das opções interlinhas de carga e acordos em espaços bloqueados, pendentes de aprovações regulatórias. O acordo se baseará nos acordos interlinhas para o transporte de carga já estabelecidos entre as duas operadoras de carga aérea e vai oferecer aos clientes de carga aérea o acesso à capacidade maior em uma rede global combinada mais ampla.

"A Emirates SkyCargo está empenhada em ser a empresa líder no setor global de carga aérea, fornecendo aos nossos clientes os mais altos padrões de produtos e serviços. A cooperação com a United, que é uma companhia aérea líder por si só, com pontos fortes e rede que complementam as da Emirates, nos permitirá agregar valor para os nossos clientes e ajudá-los a atingir novos mercados de maneira mais rápida", disse Nabil Sultan, vice-presidente sênior da divisão de transporte de carga da Emirates.

"É uma honra para a United fazer este acordo com a Emirates SkyCargo. Como uma das principais transportadoras do mundo, a Emirates SkyCargo é um importante player do setor, e os nossos recursos complementares nos permitem oferecer novas ofertas de serviços aos nossos clientes em todo o mundo. Temos o compromisso em comum de fornecer soluções líderes do setor aos nossos clientes e estamos ansiosos para iniciar o trabalho em conjunto", disse Jan Krems, presidente da United Cargo.

A United Cargo terá acesso à rede de distribuição de alta frequência da Emirates SkyCargo usando o porão de voos de passageiros para o transporte de carga para mais de 100 destinos globais e 11 cargueiros, enquanto a Emirates SkyCargo terá acesso a mais de 200 cidades nos Estados Unidos e 300 cidades em cinco continentes atendidos pela United Cargo.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 04/10/2022

ATP E ANTAQ ACORDAM COOPERAÇÃO TÉCNICA NOS TERMINAIS PRIVADOS

Redação Portogente

Entidades firmaram parceria durante o 29º Cooperaportos, no Porto do Açu, Rio de Janeiro.

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) oficializaram, na tarde desta segunda-feira (3/10), um acordo para esforço conjunto de ações voltadas ao crescimento das atividades dos portos organizados e instalações portuárias de Terminais de Uso Privado (TUPs). O presidente da ATP, Murillo Barbosa, assinou o protocolo de intenções durante a abertura do 29º Cooperaportos. Com o tema o "Papel do setor portuário na transição energética", o evento híbrido tem programação até quarta-feira (5/10), no Porto do Açu (RJ). O encontro reúne representantes dos setores público e privado.



O Cooperaportos é um evento de referência nacional em gestão ambiental portuária e foi criado em 2000, por meio de termo de cooperação técnica entre a Antaq e os portos do Brasil, mas ainda não era efetiva a presença dos TUPs.

De acordo com o protocolo assinado, o objetivo é reunir "esforços necessários para promover o desenvolvimento de projetos e ações", além do intercâmbio de informações e de boas práticas entre as diversas empresas e entidades do setor portuário do Brasil, área acadêmica e órgãos públicos.

As ações englobam as áreas de governança, gestão de qualidade, gestão ambiental, gestão de saúde e segurança do trabalho, responsabilidade social, operações portuárias, pesquisa,

desenvolvimento e inovação. A atuação conjunta também tem como foco o ESG, sigla em inglês relacionada a boas práticas ambientais, sociais e de governança.

"A sustentabilidade é um tema especial para a ATP, e o intercâmbio intenso que proporcionamos entre os TUPs, via comitê, é essencial. O termo de cooperação vai estimular uma série de ações e indicadores importantes. Quero agradecer aos idealizadores do Cooperaportos, à Antaq e ao Porto do Açu, que dedica 40 Km² à preservação ambiental e agora investe em energia limpa. Então, nada mais propício do que esse exemplo", disse Barbosa.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, ressaltou a importância dos TUPs para o setor portuário. "Para nós, o ingresso dos TUPs vai agregar muito ao Cooperaportos, pois os terminais são exemplos de inovação em sustentabilidade, que é um tema fundamental para a nossa agência", afirmou.

No país em que os portos foram responsáveis por 98,1% do total de exportações em toneladas no ano passado, a ATP reúne 31 empresas associadas e congrega 61 Terminais de Uso Privado (TUPs), que respondem por 60% da movimentação portuária brasileira.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 04/10/2022

HISTÓRIA E TÉCNICA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO PARA UMA MALHA FERROVIÁRIA EFICIENTE

Editor Portogente

O sistema ferroviário americano é uma rede de trilhos de longo alcance que serve praticamente todas as comunidades nos Estados Unidos (Willyam Hay)



O segundo livro Transporte Ferroviário, História & Técnicas, do Mestre Engenheiro Sílvio dos Santos, promove uma oportuna reflexão do transporte no Brasil. Ao destacar o importante papel do modal ferroviário, foca o processo de desenvolvimento do País de extensões gigantes. Apesar da sua secular utilização, no transporte de carvão na Europa no século XVI e em 1854 ter sido inaugurada a primeira linha de trem no Brasil, a preferência brasileira pelo modal rodoviário atrasou a implantação de ferrovias nacionais. E subtraiu competitividade do nosso produto no mercado mundial.

Leia também * Modernizar a malha ferroviária do Porto de Santos

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114876-modernizar-a-malha-ferroviaria-do-porto-de-santos>

A atual conjuntura informacional e tecnológica no controle da entrega da carga, com tempo e custo menores, assegura uma valiosa relação entre gestão e resultados. Dessa forma, os dados são coletados e interpretados em tempo real, propiciando uma nova análise da propalada teoria de 1/3 da carga ser transportado pelo modal ferroviário e atrela a demanda deste transporte às reais exigências do mercado. Assim, otimiza o controle da produtividade do transporte e cria alto nível de atividade na economia.

Leia também * Potencializar o Porto de Santos como nó de rede logística global

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114850-potencializar-o-porto-de-santos-como-no-de-rede-logistica-global>

O desmonte das ferrovias, que se assistiu na década de 70, ainda não foi bem superado e nem há horizonte da operação eficiente do modal, em relação ao rodoviário. Tanto no transporte de mercadorias, quanto no de passageiros para o trabalho e o turismo, como ocorre com destaque na Europa. Entretanto, a partir da Lei 3754/21, que instaura o instituto da outorga por autorização para o setor ferroviário, a iniciativa privada poderá construir e operar ferrovias e infraestrutura ferroviária com recursos 100% privados.

Leia também * Cluster portuário de águas profundas da Baixada Santista

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114988-cluster-portuario-de-aguas-profundas-da-baixada-santista>

A análise da demanda indica muita oportunidade. De um modo geral, nossas ferrovias estão aquém do papel que lhes cabe para integrar áreas da produção exportada por portos. Os pátios portuários carecem de estrutura para superar resistências ao fluxo das composições. Por isto, e como aponta Sílvio dos Santos, resulta um transporte ferroviário moroso e nem sempre mais barato do que o rodoviário. Consequentemente, impede que o transporte intermodal seja uma alternativa ao transporte rodoviário de ponta a ponta.

Leia também * Ocasão da Ferrovia Interna do Porto de Santos – FIPS

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/113976-ocasio-da-ferrovia-interna-do-porto-de-santos-fips>

Em 12 de dezembro próximo, Portogente lança o hotsite Porto Ferroviário, uma sala digital onde Sílvio dos Santos irá debater, com fatos e números, soluções ferroviárias e cooperar para o produto nacional aumentar a sua competitividade nos mercados local e distante. Visto que as empresas, cada vez mais, enfrentam a necessidade de expandir suas operações para a arena global.

Leia mais * Túnel submerso é infraestrutura do Porto de Santos

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114395-tunel-submerso-e-infraestrutura-do-porto-de-santos>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 04/10/2022



BE NEWS – BRASIL EXPORT – DO DIA 05/10/2022

EDITORIAL – ACORDO PELA SUSTENTABILIDADE

Um acordo para o desenvolvimento do sistema portuário nacional, tanto os portos organizados, como os terminais privados, foram firmados entre a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A parceria foi oficializada na última segunda-feira, no Porto do Açu (RJ), durante a abertura do CooperaPortos, evento organizado pela Antaq, e vai impulsionar ações com base nos princípios ESG, de boas práticas ambientais, sociais e de governança.

Para as duas entidades, o acordo vai fortalecer a sustentabilidade em todo o setor portuário e sua gestão ambiental.

A defesa de práticas sustentáveis em atividades econômicas, inclusive nos serviços de transportes, tem se fortalecido nos últimos anos. Essa postura ganhou ainda mais força quando as autoridades passaram a reconhecer que os meios de transporte estão entre as principais fontes de emissão de gases do efeito estufa, que, segundo a própria Organização das Nações Unidas (ONU), são responsáveis pelo processo de aquecimento global e, como consequência, pelas mudanças climáticas.



Mas deve-se destacar que a busca por ações sustentáveis não apenas reduzem os impactos ambientais dessas atividades como acabam por impulsionar economicamente tais atividades. E isso ocorre, pois, uma das principais estratégias de sustentabilidade é tornar mais eficiente os serviços, buscando reduzir seu consumo energético e de matérias-primas sem prejudicar o resultado final. Ou seja, uma empresa sustentável acaba por impactar menos o meio ambiente e se torna mais eficiente, o que leva a uma redução de custos e aumento da competitividade.

Essa, enfim, é a estratégia de desenvolvimento do século 21, que acaba fortalecida por parcerias como a firmada pela ATP e Antaq - uma prova da maturidade do setor portuário brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

FERROVIA 1

O Ministério da Infraestrutura (Minfra) vai incentivar a redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE) e a maior utilização de fontes de energia renováveis e não poluentes nas operações de transporte ferroviário. Esses objetivos integram o programa Frota Ferroviária Verde, lançado pela pasta na semana passada. Agora, o Minfra vai definir as diretrizes junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para estimular concessionárias e autorizatárias a seguir a iniciativa. Uma das estratégias a serem adotadas é a substituição gradual das locomotivas movidas a combustíveis fósseis por modelos mais sustentáveis.

FERROVIA 2

Os impactos esperados para o programa Frota Ferroviária Verde foram destacados pelo ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio. “Esse é um passo pelo futuro do setor e do país como um todo. É um segmento que vem se desenvolvendo e utilizando cada vez mais tecnologias, produtos e procedimentos capazes de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, o consumo de energia e os recursos naturais utilizados para a construção e manutenção de avós”, afirmou.

MARCO LEGAL

Um ano após o lançamento do Marco Legal das Ferrovias, que facilita a implantação e a exploração das linhas férreas no Brasil, o Governo Federal registrou 89 pedidos de instalação dessa infraestrutura, segundo dados do Ministério da Infraestrutura. Um total de 81 foi protocolado durante a vigência da Medida Provisória 1.065/ 2021, texto publicado em 30 de agosto desse ano e que deu origem ao marco legal. E oito foram registrados sob a regência da Lei 14.273/2022, que passou a regular o setor. Esses projetos foram apresentados por 39 empresas e projetam a construção de 22.442 quilômetros de trilhos, com um investimento de R\$258 bilhões.

MARKET SOUNDING

O projeto de desestatização do Porto de Santos foi debatido com a iniciativa privada pelo Ministério da Infraestrutura, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Ministério da Economia. A iniciativa, também conhecida como Market Sounding e que ocorreu nos últimos dias 28 e 29, teve a participação de 23 potenciais investidores. Eles puderam discutir com representantes do Governo o modelo de desestatização e esclarecer dúvidas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2022

NACIONAL – BRASIL EXPORT SERÁ DESTAQUE NA PROGRAMAÇÃO DO GRUPO BANDEIRANTES DE COMUNICAÇÃO

Parceria entre organizadora do fórum e emissora foi firmada na noite de ontem, em São Paulo

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



O vice-presidente do Grupo Bandeirantes, Paulo Saad Jafet, e o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, assinaram a carta de acordo oficializando a cobertura jornalística do fórum nacional pelo conglomerado de mídia

A programação do Brasil Export - Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária será destaque nos canais do Grupo Bandeirantes de

Comunicação, um dos principais conglomerados de mídia do País. Os debates e as palestras do evento, que será realizado nos próximos dias 18 e 19, em Brasília, terão a cobertura jornalística da empresa, sendo divulgados em seus vários veículos de comunicação.

A participação da empresa de comunicação no Brasil Export foi oficializada na noite de ontem, com a assinatura de uma carta de acordo entre o vice-presidente do Grupo Bandeirantes, Paulo Saad Jafet, e o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, em reunião em São Paulo (SP). O encontro foi acompanhado pelo diretor de Publicidade do Grupo Bandeirantes, Alexandre Barsotti.

Reunindo lideranças dos setores portuário, logístico e de comércio exterior, representantes de entidades empresariais e autoridades federais, o Brasil Export vai debater os atuais desafios desses segmentos, já identificados nos fóruns regionais realizados ao longo do ano. Entre os temas selecionados, estão a necessidade de melhores acessos ferroviários aos portos, o desenvolvimento do sistema hidroviário do Arco Norte, a importância de uma nova ligação rodoviária entre a Grande São Paulo e o Porto de Santos (o principal complexo marítimo do Brasil), a implantação do Corredor Bioceânico, que ligará as áreas de produção agrícola do Centro-Oeste ao Oceano Pacífico, e o programa de desestatização portuária em desenvolvimento pelo Governo Federal.

O fórum nacional também abordará os projetos do setor de transportes para os próximos anos, a mudança da matriz energética brasileira e avanços na relação capital-trabalho, entre outras questões.

Toda a programação será acompanhada pela equipe de jornalismo dos canais do Grupo Bandeirantes, que vão divulgar as principais notícias do evento. Também está previsto a produção de um programa, com os destaques do fórum Brasil Export.

A importância dos debates sobre os desafios portuários, da Logística e do setor de transportes no Brasil foi destacado pelo vice-presidente do Grupo Bandeirantes, Paulo Saad Jafet. “Estes são setores estratégicos para o crescimento, para o desenvolvimento do País e ampliar a divulgação desses debates será importante para o crescimento do Brasil. O Grupo Bandeirantes já tem experiência em levar ao público os grandes temas do agronegócio e, agora, também destacará as notícias dos portos, do setor de transportes, que desempenham um papel estratégico para o agronegócio e a economia nacional”, afirmou.

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, comentou a importância de se aumentar cada vez mais a divulgação dos debates do fórum nacional. “Os painéis e as palestras do Brasil Export vão tratar de temas essenciais para o crescimento do País e sempre buscamos ampliar sua divulgação, para que a sociedade acompanhe os grandes desafios de setores que ditam o crescimento de sua economia. Neste ano, avançamos na comunicação desses mercados com o lançamento do Portal BE News e do Jornal BE News. E agora teremos a participação do Grupo Bandeirantes, uma das principais empresas de mídia do Brasil, divulgando ainda mais, para todo o seu público, em veículos, os temas que vamos debater”, destacou.

Um dos canais do Grupo Bandeirantes que participará da cobertura será o Agro+. Segundo seu chefe de Redação, Ederson Graneo, estão previstos flashes ao vivo durante a programação, trazendo as principais notícias do Brasil Export e entrevistas com autoridades e empresários. “E faremos um compacto, com trechos das principais palestras”, informou.

Para Granetto, a divulgação dos debates sobre o setor portuário e de logística é importante para o público. “Quanto mais a sociedade conhecer sobre o que é possível fazer em termos de transporte, quais as dificuldades do setor e seus avanços, é melhor. Afinal essa população pode não estar ligada a esses assuntos, mas é afetada por eles. Quando você tem uma boa malha de transportes, especialmente ferroviária e hidroviária, você reduz o custo da produção agrícola, o que é bom para o comércio exterior e para o próprio mercado consumidor”, disse.

Para a diretora executiva do Bandnews TV, discutir temas como logística e exportação é fundamental para o país. É através da garantia de infraestrutura que se reduz custos, se otimiza recursos e se garante acesso mais igualitário a serviços fundamentais para a sociedade, explicou. E completou: “o Bandnews dá ampla divulgação a este tema é o fórum Brasil Export é a oportunidade para se trazer as políticas públicas para o setor ao conhecimento de nosso público”.

O diretor de Publicidade do Grupo Bandeirantes, Alexandre Barstto, citou a importância da divulgação do cotidiano e dos desafios do setor de transportes. “É um segmento essencial da economia, mas pouco divulgado. Eventos como o Brasil Export e a divulgação que faremos levará à sociedade a importância dessas empresas e por que solucionar seus desafios é tão importante para todos nós”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2022

NACIONAL - ATP E ANTAQ ASSINAM ACORDO PARA PROMOVER COOPERAÇÃO TÉCNICA NOS TUPS

Termo busca melhorar participação dos terminais privados em ações ambientais, sociais e de governança

Por **TALES SILVEIRA** tales@portalbenews.com.br



A assinatura foi realizada entre o diretor-presidente da ATP, almirante Murillo Barbosa, e diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, durante a abertura do CooperaPortos

A SUSTENTABILIDADE É UM TEMA ESPECIAL PARA A ATP, E O INTERCÂMBIO INTENSO QUE PROPORCIONAMOS ENTRE OS TUPS, VIA COMITÊ, É ESSENCIAL”

ALMIRANTE MURILLO BARBOSA
diretor-presidente da ATP

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) oficializaram um acordo para esforço conjunto de ações voltadas ao crescimento das atividades dos portos organizados e instalações portuárias de Terminais de Uso Privado (TUPs).

A assinatura aconteceu durante a abertura do CooperaPortos, evento realizado no Porto do Açu (RJ) na segunda-feira. O evento reúne entidades e órgãos públicos para discutir soluções para os principais problemas e desafios da gestão portuária no país. Também é referência nacional em gestão ambiental portuária.

O protocolo assinado tem como objetivo reunir “esforços necessários para promover o desenvolvimento de projetos e ações”, além do intercâmbio de informações e de boas práticas entre as diversas empresas e entidades do setor portuário do Brasil, área acadêmica e órgãos públicos.

As ações englobam as áreas de governança, gestão de qualidade, gestão ambiental, gestão de saúde e segurança do trabalho, responsabilidade social, operações portuárias, pesquisa, desenvolvimento e inovação. A atuação conjunta também tem como foco o ESG, sigla em inglês relacionada a boas práticas ambientais, sociais e de governança.

Durante a assinatura do termo, o diretor-presidente da ATP, almirante Murillo Barbosa, afirmou que ATP e Antaq estão firmando um acordo que impulsiona a sustentabilidade nos portos do país.

“A sustentabilidade é um tema especial para a ATP, e o intercâmbio intenso que proporcionamos entre os TUPs, via comitê, é essencial. O termo de cooperação vai estimular uma série de ações e indicadores importantes. Quero agradecer aos idealizadores do CooperaPortos, à Antaq e ao Porto do Açu, que dedica 40 km² à preservação ambiental e agora investe em energia limpa. Então, nada mais propício do que esse exemplo”, disse.

Já o diretor geral da Antaq, Eduardo Nery, afirmou que a entrada dos terminais privados no CooperaPortos sinaliza ganhos para a gestão ambiental portuária do Brasil.

Nery ressaltou a importância dos TUPs para o setor portuário. “Para nós, o ingresso dos TUPs vai agregar muito ao CooperaPortos, pois os terminais são exemplos de inovação em sustentabilidade, que é um tema fundamental para a nossa agência”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2022

NACIONAL - GOVERNO PUBLICA INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE TRATA DO PREGÃO ELETRÔNICO EM LICITAÇÕES

Norma estabelece o passo a passo para participação de interessados em concorrências promovidas pela União

Por **TALES SILVEIRA** tales@portalbenews.com.br



Gustavo Raniere/Ministério da Economia

Segundo Renato Fenili, o Portal Nacional de Contratações Públicas, no qual serão publicados todos os editais e realizados os pregões, estará finalizado em fevereiro de 2022

O governo publicou uma Instrução Normativa que regulamenta a nova lei de licitações e contratos administrativos. A norma, publicada na edição de segunda-feira do Diário Oficial da União, trata do critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e

obras, pela União.

A instrução normativa é a primeira que estabelece procedimentos por critérios de julgamento nas licitações pela nova lei de licitações (Lei nº14.133/21), que entra em vigor no dia 1º de novembro, e será o principal instrumento das compras públicas pelo governo.

Segundo o secretário de Gestão do Ministério da Economia, Renato Fenili, a Instrução Normativa publicada tem maior importância para o governo do que o decreto que regulamenta a modalidade de pregão eletrônico (Decreto 10.024/2019).

“Esse normativo é mais impactante e cobre um escopo maior do que o decreto 10.024, que é o atual decreto do pregão eletrônico. Apesar de ser uma norma de cunho mais operacional, ela tem o mesmo tipo de conteúdo de um decreto. Só soltamos dessa forma simplesmente porque a lei não pede um regulamento expresso para estabelecer os critérios de julgamento”, disse.

O pregão eletrônico é a principal forma de compras e contratações no Brasil. Em 2021, foi a modalidade responsável por R\$ 105 bilhões, o que significa 98% de todo o valor homologado em licitações públicas.

De acordo com o Ministério da Economia, a norma tem o objetivo de estabelecer as diretrizes para a efetivação dos ritos de forma eletrônica, alcançando, ainda, a modalidade pregão, concorrência e a fase competitiva da modalidade diálogo competitivo.

O novo normativo estabelece as fases sucessivas de realização dos procedimentos e prevê a realização desses processos à distância e em sessão pública. Para isso o será o governo usará o Sistema de Compras do Governo Federal, o compras.gov.br.

A Lei nº 14.133, foi sancionada em abril de 2021 e, além de estabelecer normas gerais de licitação e contratação do governo, substituiu antiga (Lei 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC — Lei 12.462/11). Uma das inovações é que a normativa insere dispositivos no Código Penal para tipificar crimes em licitações, além de exigir seguro-garantia para grandes obras.

Também determina que na fase externa da licitação (que compreende tudo o que acontece após a publicação do edital), aconteça a convocação dos interessados por meio da publicação do edital completo junto com os anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Segundo Renato Fenili, apesar do artigo determinar a publicação completa do edital no PNCP, o governo ficará até o fim do ano publicando toda a documentação no DOU. Isso porque, o portal deverá estar finalizado e completamente operacional somente em fevereiro de 2023.

“Uma versão mais definitiva do sistema de pregão eletrônico e concorrência eletrônica vai estar disponível no início do ano. Acredito que em fevereiro de 2023. A partir daí teremos a publicação instantânea após a inserção no site compras.gov.br. Aí começa os prazos determinados pela nova lei de licitações”, explicou

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2022

NACIONAL - EXTENSÃO DO PRAZO DE RELICITAÇÃO DA BR-163/MS É APROVADA

ANTT poderá substituir concessionária caso consiga interessado em assumir a rodovia

Por TALES SILVEIRA tales@portalbenews.com.br



O trecho da BR-163/MS tem importância para o escoamento da produção agrícola de soja e milho

COM A RELICITAÇÃO DA CONCESSÃO, PRETENDE-SE GARANTIR UMA LOGÍSTICA EFICIENTE POR MEIO DA INTEGRAÇÃO DA MALHA, REDUZIR CUSTOS, AMPLIAR A CAPACIDADE DE TRANSPORTES E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DO PAÍS

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou a extensão do prazo de relicitação da BR-163/MS. A decisão foi tomada durante reunião deliberativa eletrônica da autarquia e publicada na

edição de ontem do Diário Oficial da União. A rodovia é administrada pela Concessionária de Rodovia Sul-Mato-grossense SA (CCR MS Via).

A extensão do contrato será por mais dois anos. A decisão foi tomada com base no posicionamento técnico da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária da ANTT (Surod), conforme análise da Superintendência de Concessão da Infraestrutura da mesma Agência (SUCON), que apontou o novo prazo como uma esmava para que todo o processo de relicitação possa fluir com os devidos cuidados e análise.

Contudo, a ANTT inseriu uma cláusula que permitirá a substituição da concessionária atual caso o governo ache interessados em assumir a rodovia. A previsão para a celebração do novo Contrato de Concessão é no terceiro trimestre de 2023 e, atualmente, o projeto se encontra em fase de elaboração dos estudos na ANTT.

No contrato assinado em 2014, a CCR MS Via assumiu o compromisso de investir R\$5,69 bilhões em 30 anos, com previsão de arrecadar R\$18,8 bilhões, segundo esmavas do governo federal à época.

Já deveriam estar duplicados 806,3 km da rodovia e ter sido realizadas diversas obras nos primeiros cinco anos da privatização, mas a pista dupla ficou em pouco mais de 150 km, o mínimo exigido para que o pedágio pudesse ser cobrado.

O estado do Mato Grosso do Sul é um dos mais importantes para o agronegócio brasileiro, com uma estrutura produtiva marcada pelo uso de tecnologia e sistemas de produção altamente eficientes. Destaca-se pela produção de grãos, carne, fibra, energia, açúcar e madeira (papel e celulose).

De acordo com o site do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) a relicitação da rodovia deverá acontecer em conjuntocom a BR-267/MS, entre Nova Alvorada do Sul e a divisa dos territórios sul-matogrossense e paulista, em Bataguassu. O capex para a nova concessão está previsto em R\$ 8,4 bilhões.

Com a relicitação da concessão, pretende-se garantir uma logística eficiente por meio da integração da malha, reduzir custos, ampliar a capacidade de transportes e aumentar a competitividade do País. O trecho da BR-163/MS tem importância para o escoamento da produção agrícola de soja e milho, contribuindo para o desenvolvimento regional do centro-oeste do país.

Os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental foram encomendados pelo Ministério da Infraestrutura à Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e envolvem o levantamento de informações de tráfego, de demanda, de operação, de engenharia, de modelagem econômico-financeira e análise jurídica.

BR-163/MT

O ministro da Infraestrutura participou ontem, juntamente com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a concessionária Rota do Oeste, responsável pela concessão de 822,8 quilômetros da BR-163/MT.

A proposta prevê a transferência de controle acionário para a MT Participações e Projetos SA (MT-PAR).

A medida foi construída de forma conjunta entre o Ministério da Infraestrutura e o governo do Mato Grosso para que, de forma mais rápida e eficiente, haja retomada nos investimentos na BR-163/MT, importante corredor logístico e principal meio de escoamento da produção de grãos e leguminosas do Centro-Oeste.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 05/10/2022

NACIONAL - GOVERNO MARCA SOLENIDADE DE CRIAÇÃO DA INFRA SA PARA HOJE

Empresa que é fruto da junção entre EPL e Valec será responsável pelo planejamento e estruturação de projetos para o setor de transportes

Por **TALES SILVEIRA** tales@portalbenews.com.br

O governo marcou para hoje a solenidade que marca a criação da Infra SA, empresa fruto da incorporação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) pela Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias.

Vale lembrar que a assinatura do ato de criação da Infra SA aconteceu durante a reunião dos conselhos fiscal e de administração da EPL e da Valec, na última sexta-feira. No fim de agosto, os dois conselhos aprovaram a fusão das autarquias. Ambas foram de acordo com os diagnósticos e estudos elaborados de forma conjunta pelos técnicos de ambas as organizações.

Essa será a primeira incorporação de uma empresa pública por outra na esfera federal. A Infra SA será responsável pelo planejamento e estruturação de projetos para o setor de transportes.

Segundo o governo, todos os processos em andamento pelas estatais serão incorporados pela empresa, como a construção dos trechos II e III da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e a fiscalização das obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), por exemplo – empreendimentos administrados pela Valec. A Infra SA também responderá pela elaboração do Plano Nacional de Logística (PNL) e demais planos setoriais, desenvolvidos pela EPL.

A cerimônia contará com a presença do ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, e também oficializará Mateus Szwarcwing, diretor presidente da EPL, como o primeiro presidente da Infra SA.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 05/10/2022

REGIÃO SUDESTE - VEREADORA RECORRE AO MPF CONTRA PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Telma de Souza pede a suspensão do processo alegando riscos de demissões de trabalhadores e para as empresas que operam no complexo

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



A vereadora da Câmara Municipal de Santos, Telma de Souza (PT), protocolizou representação no Ministério Público Federal no último dia 27

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INFORMOU QUE RECEBEU A REPRESENTAÇÃO DA VEREADORA, MAS AINDA NÃO INSTAUROU INQUÉRITO PARA APURAR AS DENÚNCIAS APRESENTADAS

A vereadora da Câmara Municipal de Santos (SP), Telma de Souza (PT), protocolizou representação no Ministério Público Federal, no último dia 27 (terça-feira), solicitando a suspensão do processo de privatização da Santos Port Authority (SPA), que administra o Porto de Santos. O MPF ainda não instaurou inquérito para apurar as denúncias apresentadas na petição.

A denúncia é baseada em suposta “ilegalidade de demissões de servidores públicos em ano eleitoral”, segundo alega a parlamentar e ex-prefeita de Santos.

Advogada que assina a petição, Telma explica que o processo de desestatização em curso quebra o vínculo empregatício dos funcionários da Autoridade Portuária, extingue a função dos trabalhadores portuários avulsos, em razão do fim do chamado cais público e prejudica os beneficiários do Portus, o fundo de pensão suplementar dos portuários. Ela também argumenta que o processo provocará insegurança jurídica no setor, especialmente no ambiente concorrencial entre as empresas, operadoras e terminais.

“O Governo Federal atual quer acelerar esse processo por conta de interesses particulares. Mas está ignorando a lei eleitoral, que impede a violação do vínculo de trabalho para os funcionários da Codesp e os portuários avulsos, que se equiparam aos servidores públicos. É por isso que apresentei a denúncia por crime eleitoral, na defesa dos portuários e dos legítimos interesses do porto e da Baixada Santista”, afirma Telma.

Para a vereadora, a privatização pode gerar riscos às operadoras portuárias atuais, que são empresas privadas, e às operações de cruzeiros turísticos.

“Ainda temos o risco para a população local e para esses passageiros com a autorização para a instalação de um armazém de fertilizantes à base de nitrato de amônio”, ressalta. Ela listou a tragédia da explosão de armazém do mesmo nitrato de amônio em Beirute, capital do Líbano, em agosto de 2020, que resultou em 200 mortes e na destruição quase total da cidade.

Telma também classificou como altamente preocupante o risco social a ser gerado pela perda de empregos e negócios de pequenos e médios operadores. “Mais de um terço do comércio exterior do Brasil passa pelo nosso porto, que é a maior riqueza da região. A perda de postos de trabalho, tanto dos funcionários da antiga Codesp como dos portuários avulsos, vem primeiro com essa privatização e depois teremos reflexos, imensos, na economia geral das cidades, como a redução de ISS”, afirma a parlamentar.

Procurado, o Ministério Público Federal informou que recebeu a representação da vereadora, mas ainda não instaurou inquérito para apurar as denúncias apresentadas.

O Ministério da Infraestrutura também foi contatado, mas não enviou um posicionamento sobre o caso até o fechamento desta matéria, às 19h30.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2022

REGIÃO SUDESTE - SANTOS BRASIL VAI EXPANDIR CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DE TERMINAL ALFANDEGADO

Para isso, a companhia está investindo R\$ 12 milhões na remodelação de um dos cinco armazéns instalados no Porto de Santos (SP)

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



Localizado na marginal da Via Anchieta, o Clia Santos possui pátio descoberto destinado à armazenagem de contêineres dry e reefers e cinco armazéns para diversos tipos de cargas de múltiplos segmentos

A capacidade de armazenagem de carga do Centro Logístico Industrial Aduaneiro (Clia Santos), da Santos Brasil, será ampliada em 24%. As obras no terminal alfandegado que atende o Porto de Santos (SP) já começaram

e têm um orçamento previsto de R\$12 milhões.

Segundo a companhia, a capacidade de armazenagem em paletes do Clia Santos passará das atuais 5.524 posições para 6.824 após a conclusão do projeto, previsto para abril de 2023.

O aporte será investido na verticalização do Armazém 1 e no desenvolvimento de um novo sistema de gestão que, de acordo com a empresa, “trará considerável ganho de produtividade aos fluxos logísticos internos do Clia”.

O diretor comercial da Santos Brasil, Ricardo Buteri, disse que, com os investimentos, o centro aduaneiro expande a oferta logística para o atendimento da demanda do complexo portuário santista.

"Os investimentos promoverão maior escala na oferta de serviços da Santos Brasil Logística ao mercado de carga fracionada alfandegada. Teremos um armazém 'estado da arte' e sistemas e processos que garantirão alto nível de eficiência e segurança, assegurando a qualidade da experiência do cliente", afirmou.

Movimentação

Conforme levantamento finalizado pela companhia, no primeiro semestre deste ano, o Centro Logístico Industrial Aduaneiro movimentou 368.462 toneladas, 33,8% a mais do que o volume operado de janeiro a junho de 2021, que totalizou 330.479 toneladas.

Os dados do terceiro trimestre deste ano ainda não foram compilados, mas, no ano passado, o Clia Santos movimentou 442.285 toneladas de cargas no período de julho a dezembro, perfazendo, no acumulado do ano, 772.764 toneladas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2022

REGIÃO SUDESTE - RECEITA E POLÍCIA FEDERAL APREENDEM 549 KG DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS

A droga estava oculta em um carregamento de resina. Mercadoria tinha como destino o porto de Algeciras, na Espanha

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br

A Receita Federal e a Polícia Federal apreenderam ontem 549 kg de cocaína no Porto de Santos. A droga estava oculta em um carregamento de resina, que tinha como destino o Porto de Algeciras, na Espanha.

Os tabletes de cocaína foram localizados pelo cão de faro da Receita Federal durante a inspeção da carga.

A Polícia Federal realizou a perícia e irá instaurar inquérito para investigar o caso.

A última grande apreensão de cocaína, no Porto de Santos, ocorreu no último dia 20 de setembro. Os agentes federais apreenderam 772 kg da droga, que estava escondida em um carregamento de café, destinado ao Porto de Antuérpia, na Bélgica.

O entorpecente foi localizado por um cão de faro da Receita Federal durante os trabalhos de inspeção da mercadoria. Tratava-se de um carregamento de 640 sacas de café, totalizando 38 toneladas. Os tabletes de cocaína foram encontrados em 30 sacas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2022

REGIÃO SUDESTE – RODOVIA DE SP TEM MEGAOPERAÇÃO PARA TRANSPORTE DE CARGA DE 440 TONELADAS

Operações na Cônego Domenico Rangoni tiveram início na segunda-feira e se estenderão até amanhã

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



Divulgação/Ecovias

O tambor de coque possui 9 m de altura, 8 m de largura e comprimento total de 64 m do conjunto (carretas mais carga), com aproximadamente 440 t de peso bruto total

A Ecovias, concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), realiza uma megaoperação especial na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, entre o km 259 e o km 269, para a passagem de um tambor de coque, equipamento utilizado na indústria de refinamento de petróleo e que foi

fabricado na China. Esta é uma das maiores cargas que já passaram pelo SAI. As operações iniciaram na noite de segunda-feira e serão concluídas amanhã.

O equipamento, que é puxado por dois caminhões especiais, possui 9 metros de altura, 8 metros de largura e comprimento total de 64 metros do conjunto (carretas mais carga), com aproximadamente 440 toneladas de peso bruto total (PBT).

A transposição começou às 22h de segunda-feira, saindo do km 259,5 da rodovia Cônego Domenico Rangoni, com destino a uma refinaria no km 267,5, realizando um trajeto de oito quilômetros, sendo São Paulo. Devido às dimensões, foi necessária a remoção de barreiras de concreto no km 259,5 e de seis semipórticos ao longo do trecho. Além disso, duas passarelas foram içadas por macacos hidráulicos e cinco pórticos foram suspensos por guindaste.

Segundo a Ecovias, quando a carga chegou na primeira passarela, localizada no km 262, que foi parcialmente levantada por volta das 23h de segunda-feira (3), aguardou na via marginal até 1 hora de ontem, quando seguiu para a segunda passarela, no km 264, que precisou ser totalmente içada. Para isso, foi feito o bloqueio total da via, nos dois sentidos, como medida de segurança.

Após a liberação, os veículos foram conduzidos em comboio pela concessionária e a Polícia Rodoviária. A concessionária informa que o transporte de cargas especiais é realizado sempre no período noturno. A carga está sendo acompanhada pela equipe de operações da Ecovias, junto com a transportadora responsável, com apoio da Polícia Rodoviária e fiscalização da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp).

Segunda carga

De acordo com a Ecovias, uma segunda carga está prevista para realizar o mesmo trajeto entre os dias 6 e 7 (quinta e sexta-feiras), seguindo a mesma operação e horários. A empresa informou ainda que os procedimentos podem ser cancelados devido às condições climáticas e/ou operacionais.

Rotas alternavas

A Ecovias recomenda que os motoristas usem o sistema de travessia por balsas entre Santos e Guarujá durante o período previsto para a passagem da carga. Para os motoristas de veículos leves e motos, haverá retorno operacional antes dos bloqueios, no km 248 (sendo São Paulo) e no km 267 (sendo Guarujá), para que possam seguir viagem por rotas alternavas. Todos os bloqueios e retornos estarão devidamente sinalizados e os usuários serão avisados por meio dos painéis eletrônicos de mensagens espalhados ao longo do Sistema Anchieta-Imigrantes

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 05/10/2022

NORTE EXPORT 2022 – 12 E 13 DE SETEMBRO – PORTO VELHO - RO
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



19 e 20 de outubro
Brasília - DF

BRASIL EXPORT
FÓRUM NACIONAL DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

Em destaque:

III ENAPH - Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias
(parceria com a ABEPH)

Prêmios Rodovias+Brasil e Ferrovias+Brasil
(parceria com a SNTT - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres)

TRANSMISSÃO ONLINE E GRATUITA



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 05/10/2022

BE NEWS – BRASIL EXPORT – DO DIA 04/10/2022

EDITORIAL – A CARTA DA ATP

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Porto de Suape (PE), um dos principais complexos marítimos da Região Nordeste, oficializou ontem a retomada de sua autonomia administrativa. A medida foi consolidada com a publicação, nessa segunda-feira, dos extratos de convênios firmados entre órgãos do Governo Federal, o Complexo Industrial e Portuário de Suape e o Governo de Pernambuco, que o administra. Foram esses convênios que garantiram a recuperação dos poderes administrativos do porto.

Na prática, a política portuária e o planejamento do setor seguem como prerrogativas do Governo Federal. Mas os processos licitatórios para arrendamento de áreas e o estabelecimento de tarifas passam para a autoridade portuária. Com a mudança, a expectativa é garantir uma maior celeridade aos processos de exploração de áreas do complexo marítimo, “tornando Suape um porto ainda mais competitivo para atrair empresas e novas cargas”, destacou o governador Paulo Câmara.

O diretor-presidente de Suape, Roberto Gusmão, complementa que o porto também poderá aprovar expansões e adensamentos de áreas, reequilíbrios contratuais e prorrogações antecipadas de contratos.

Desde 2013, com a sanção da Lei 12.815, a Lei dos Portos, vários poderes administrativos das administrações portuárias foram centralizados no Governo Federal, especificamente na Agência Nacional de Transportes Aquaviários. É o caso, por exemplo, da realização de arrendamentos de áreas. Mas, em 2018, o Ministério da Infraestrutura instituiu uma portaria para reverter esse cenário. Mas a retomada da autonomia passou a depender do desempenho administrativo e financeiro dessas empresas portuárias. Suape conseguiu ter a qualidade de sua gestão reconhecida e, assim, a recuperação foi consolidada.

É um marco importante para Suape, que consegue corrigir uma medida até hoje considerada polêmica pela comunidade portuária, inclusive por agentes públicos. Nem todos concordam com a necessidade de centralizar decisões sobre o cotidiano nos portos em Brasília, especialmente quando o Governo Federal não conta com pessoal suficiente para atender essa demanda. Mas, por outro lado, alguns complexos apresentam problemas administrativos críticos

Neste cenário, a retomada das autonomias administrava dos portos é um processo que deve ser estudado com cautela pelo Governo Federal, mas sem esquecer que a centralização acaba sendo uma resposta administrava míope. Afinal, quem melhor conhece os problemas de cada complexo marítimo é a sua comunidade e as respostas mais céleres são, em sua grande maioria, as apresentadas pelas autoridades locais.

Que os portos se desenvolvam administrativamente, demonstrem a maturidade administrava necessária e conte com o apoio do Governo Federal para isso. E assim retome sua autonomia, que é o melhor caminho para o desenvolvimento do setor e da própria economia brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/10/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ITAJAÍ 1

A documentação que integra o processo de desestatização do Porto de Itajaí (SC) - e que já está sendo analisada pelo Tribunal de Contas da União, para aprovação do procedimento - foi disponibilizada ao público pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A medida foi anunciada pelo órgão regulador no final da tarde de ontem. Os interessados podem ler ou fazer o download dos arquivos no próprio site da Antaq, no endereço [hps://bit.ly/3e1mOiS](https://bit.ly/3e1mOiS) ou no [hps://nuvem.antaq.gov.br/ind ex.php/s/Ltl4mUCmP69N16z](https://nuvem.antaq.gov.br/ind ex.php/s/Ltl4mUCmP69N16z).

ITAJAÍ 2

O complexo catarinense foi um dos primeiros selecionados pelo Governo Federal para integrar seu processo de desestatização portuária. Segundo o Ministério da Infraestrutura (Minfra), com a concessão, que deve ocorrer ainda neste ano, o futuro gestor poderá administrar o porto e ainda operar contêineres, prestando serviços diretamente a embarcadores, importadores e exportadores. Mas o administrador deverá investir R\$ 2,9 bilhões ao longo da vigência do contrato - 35 anos, prorrogável até 70 anos, a critério do Minfra - para modernizar a infraestrutura portuária.

ITAJAÍ 3

O valor esmado do contrato de concessão do porto, considerando as receitas tarifárias e não-tarifárias e o prazo de validade, é de R\$ 7,8 bilhões. O valor mínimo de outorga para participar do leilão de desestatização é de R\$ 603 milhões.

EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) se reuniu com a Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (Apex) na semana passada, em Brasília, para debater como desenvolver o transporte ferroviário nacional por meio do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), buscando atrair capital estrangeiro para esses projetos. Diante da demanda da ANTT, a Apex destacou a importância de aprimorar e consolidar o Marco Legal das Ferrovias, que permite a construção e a exploração de uma ferrovia a partir de um processo de autorização, sem a necessidade de uma licitação para a concessão do ativo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/10/2022

NACIONAL - GOVERNO E NOVA CONCESSIONÁRIA ASSINAM TAC PARA A BR-163/MT

MT-PAR irá assumir concessão assinada em 2014 com a CRO e investirá R\$ 1,2 bilhão em obras na rodovia

Por TALES SILVEIRA tales@portalbenews.com.br



A trecho sob concessão da BR-163/MT compreende 850,9 km de rodovia ao longo de 19 municípios do estado de Mato Grosso

O Ministério da Infraestrutura, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Concessionária Rota do Oeste (CRO), do grupo Odebrecht, assinam hoje o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a BR 163/MT. A proposta prevê a transferência de controle acionário para a MT Participações e Projetos SA (MTPAR).

A medida foi construída de forma conjunta entre o Ministério da Infraestrutura e o governo do Mato

Grosso para que, de forma mais rápida e eficiente, haja retomada nos investimentos na BR-163/MT, importante corredor logístico e principal meio de escoamento da produção de grãos e leguminosas do Centro-Oeste.

Desde o ano passado o governo vem buscando uma solução rápida para a BR-163, uma vez que a CRO, ingressou com pedido de devolução amigável do trecho, em dezembro, alegando dificuldades financeiras em cumprir com os investimentos previstos no contrato, que totalizavam R\$5,5 bilhões.

O trecho da BR-163/MT sob responsabilidade da CRO compreende 850,9 km de rodovia ao longo de 19 municípios, cuja população representa quase a metade do estado do Mato Grosso. Além disso, essa rodovia é importante via de escoamento da produção de soja, milho e algodão, commodities que colocam Mato Grosso entre os maiores exportadores brasileiros.

Vale lembrar que desde 2014, quando o acordo foi firmado, a CRO deveria duplicar mais da metade dos 800 km da BR 163/MT. Entretanto, apenas 120 km de duplicação foram executados. O não cumprimento do contrato passou a ser apontado como a principal causa de mortes registradas na rodovia.

Na última quarta-feira, o TAC foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Entre os principais pontos, a MT-PAR, que será a nova controladora da concessão, se comprometeu a investir R\$ 1,2 bilhão em obras para a melhorar a trafegabilidade da BR163/MT.



A BR-163/MT é importante via de escoamento da produção de soja, milho e algodão

Desse valor, R\$ 300 milhões já estão no caixa da empresa estadual, enquanto o restante dos valores será repassado pelo Estado, segundo previsão orçamentária. A nova concessionária deverá manter os valores atuais das tarifas, além de acertar as dívidas da CRO, sem qualquer desconto ao valor dos investimentos. Radar Concessão

A ANTT inicia nesta sexta-feira o Radar Concessão, uma série de encontros presenciais voltados para a troca de informações entre a agência e o setor regulado. Segundo a autarquia, o objetivo é aprimorar a transparência, a eficiência e a uniformidade das informações repassadas aos agentes do mercado e, ao mesmo tempo, receber contribuições do setor à ANTT, visando à melhoria da qualidade da regulação.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 04/10/2022

REGIÃO NORDESTE - PORTO DE SUAPE OFICIALIZA RETOMADA DA AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

Na prática, a operação do cais e os contratos de arrendamentos voltam para a gestão da Autoridade Portuária

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A autonomia foi possível devido a conquista do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (Igap), que atesta a excelência na gestão do porto

A INICIATIVA PERMITE QUE SUAPE RETOME A COMPETÊNCIA PARA A CONDUÇÃO DE ESTUDOS, ELABORAÇÃO DE EDITAIS, REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E A CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS RELATIVOS AOS ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS COM MAIS AGILIDADE

O Governo de Pernambuco anunciou ontem a retomada da autonomia administrativa do Porto de Suape. A confirmação se deu após publicação da medida pelo Ministério da Infraestrutura no Diário Oficial da União. No documento estão definidas as atribuições delegadas ao Estado e o que cabe ao Governo Federal.

A política portuária e o planejamento do setor ficam a cargo do Governo Federal, enquanto a operação de cais e píeres, além de contratos de arrendamentos e estabelecimento de tarifas, voltam para a gestão da Autoridade Portuária.

“A autonomia vai dar mais celeridade aos processos, tornando Suape um porto ainda mais competitivo para atrair empresas e novas cargas, com impacto direto na economia do Estado e na geração de emprego e renda para o povo pernambucano”, assegurou o governador Paulo Câmara.

A iniciativa consente que Suape retome a competência para a condução de estudos, elaboração de editais, realização dos procedimentos licitatórios e a celebração dos contratos relativos aos arrendamentos portuários com mais agilidade.

“O complexo também passará a ser responsável pela aprovação das expansões e adensamento de áreas, além de prorrogações antecipadas de contratos em vigência e reequilíbrios contratuais”, pontua o diretor-presidente da estatal portuária, Roberto Gusmão.

Segundo o diretor de Planejamento e Gestão de Suape, Francisco Martins, o processo de retomada da gestão se arrastava há algum tempo e a conclusão dele foi possível devido à conquista do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (Igap), que atesta a excelência na gestão do porto.

“Tudo isso se soma a outras boas notícias que vêm sendo divulgadas e continuarão a ser veiculadas sobre Suape, em virtude de uma gestão estratégica bem definida”, enfatiza Martins.

Entenda o processo

A lei 12.815, de 5 de junho de 2013, chamada de Lei dos Portos, transferiu para o âmbito federal a responsabilidade das licitações portuárias, tirando a autonomia dos atracadouros públicos brasileiros, como Suape.

Antes dessa lei, cabia à administração do porto a realização dos processos de concessão, mas a nova legislação transferiu essa competência para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), conforme as diretrizes definidas pelo Poder Concedente (atualmente o Ministério de Infraestrutura).

A centralização de todas as decisões e procedimentos sobre as concessões e arrendamentos das áreas portuárias nos órgãos federais prejudicou os portos públicos, segundo as autoridades portuárias, principalmente devido à lentidão com que os processos são tratados. Para se ter uma ideia, de 2013 a 2016, nenhum processo licitatório foi realizado em Suape.

Em março de 2017, o Ministério dos Transportes criou um grupo de trabalho para definir procedimentos para a delegação de competências aos portos organizados. Os atracadouros apresentaram, em novembro do mesmo ano, proposta para critérios de enquadramento dos portos aptos para receberem a autonomia, envolvendo critérios financeiros, de transparência, observância de normas da Antaq, entre outros.

Tal proposta foi liderada pelos portos de Suape, São Sebastião, Santos, Itaqui e Paranaguá. O GT concluiu os trabalhos em dezembro de 2017.

Em 2018, o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e hoje Ministério de Infraestrutura instituiu a Portaria 574/2018 para regulamentar uma disposição contida no § 5º do art. 6º da Lei 12.815/2013, que permite a transferência de elaboração do edital e a realização dos procedimentos licitatórios à administração do porto, delegado ou não.

Foi criado então o Igap, dispondo que, a partir de patamares de indicadores condensados a serem atingidos pelas autoridades portuárias e a partir de alguns requisitos indispensáveis, seria permitida a delegação das competências para licitar, contratar e fiscalizar contratos àquelas gestões portuárias.

Em junho de 2022, o Porto de Suape alcançou a segunda posição no ranking do Índice de Gestão da Autoridade Portuária, divulgado pela Antaq, com nota 9. O resultado é fruto de uma gestão de excelência na condução das atividades portuárias.

Em 2021, já havia atingido nota 8, suficiente para a devolução da autonomia, porém o ato não foi realizado. No mesmo ano, as negociações foram retomadas e o porto, que completará 44 anos em novembro próximo, reconquistou sua autonomia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/10/2022

REGIÃO NORDESTE - EQUIPAMENTOS QUE FARÃO DRAGAGEM DO PORTO DE CABEDELLO CHEGAM NESTE MÊS

O primeiro a chegar será uma draga Kenford auto transportadora, no próximo dia 13

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A dragagem será realizada no canal de acesso e na bacia de evolução do porto paraibano, o que ampliará a capacidade de movimentação de cargas em até 57%

HOJE, O PORTO DE CABEDELLO RECEBE NAVIOS COM ATÉ 35 MIL TONELADAS EMBARCADAS. COM A DRAGAGEM, O COMPLEXO PASSARÁ A RECEBER NAVIOS COM ATÉ 55 MIL TONELADAS DE CARGAS

Os equipamentos necessários para o início da dragagem do Porto de Cabedelo, na

Paraíba, já estão a caminho do complexo. O primeiro deles, uma draga Kenford auto transportadora, tem previsão de chegada para o dia 13. O restante — entre dragas, balsas, batelões de carga e nivelador de fundo — também estão previstos para os próximos dias.

Segundo Bonfilho Martins, assessor de planejamento da Companhia Docas da Paraíba, assim que as máquinas chegarem, passarão por um procedimento de autorização de uso, realizado pela Marinha do Brasil. Após essa etapa, começa de fato o trabalho de aprofundamento dos acessos aquaviários do Porto de Cabedelo.

A dragagem será realizada no canal de acesso e na bacia de evolução do porto paraibano, o que ampliará a capacidade de movimentação de cargas em até 57%. Em relação à profundidade, o canal de acesso passará a ter 11 metros, frente aos 9,14 metros atuais; E a bacia de manobra (área de manobra dos navios no interior da área do complexo) terá 300 metros de largura.

A obra vai permitir que o Porto de Cabedelo receba navios com maior tonelage de cargas, ampliando o seu potencial competitivo e a arrecadação para a economia paraibana. Assim que os trabalhos começarem, devem ser concluídos em quatro meses.

A dragagem é uma das principais obras de investimento em execução no complexo e seu contrato foi celebrado em março deste ano, com a assinatura do governador João Azevêdo.

O serviço, orçado em R\$83,27 milhões e custeado com recursos do governo estadual, será de responsabilidade da empresa DTA Engenharia LTDA, que venceu o pleito realizado em 7 de março deste ano.

As expectativas do Porto de Cabedelo com a dragagem também incluem a geração de novos empregos. Neste sentido, a expectativa é de que até 672 novas vagas de trabalho sejam criadas.

CRESCIMENTO

O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da dragagem esmau um crescimento de 10% ao ano até 2031, o que representa um montante de R\$ 1,6 milhão/ano.

Hoje, o Porto de Cabedelo recebe navios com até 210 metros de comprimento e 40 metros de largura, mas com limitação de tonelage: até 35 mil toneladas embarcadas. Com a dragagem, o porto passará a receber navios com até 55 mil toneladas de cargas.

Esse aumento resultará numa diminuição de custos logísticos, ampliará a movimentação operacional de cargas já consolidadas e apresentará o porto paraibano com mais viabilidade para

receber novas cargas de insumos e produtos, como arroz, cevada, cargas containerizadas e veículos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/10/2022

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO RECIFE INAUGURA PROJETO PARA ATRAIR VISITAÇÃO DE PÚBLICO EM GERAL

Iniciava “Por dentro do Porto” visa aproximar população do equipamento e destacar a importância dele para o estado

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A iniciava já existia, mas até então apenas instituições de ensino podiam agendar visitas guiadas à área portuária

PARA INTERESSADOS EM REALIZAR VISITAS À ÁREA PORTUÁRIA, BASTA PREENCHER UM CADASTRO NO SITE DO PORTO, QUE PEDE DADOS COMO NOME COMPLETO E CPF

O projeto “Por dentro do Porto”, que tem como objetivo aproximar a população do Porto de Recife (PE) e destacar a importância dele para o estado de Pernambuco, inaugurou uma nova etapa, abre os “portões” do complexo ao público em geral. A iniciava já existia, mas até então apenas instituições de ensino podiam agendar visitas guiadas ao espaço. Agora, qualquer pessoa interessada em conhecer o funcionamento do ancoradouro será bem-vinda. Os passeios são gratuitos.

Na última sexta-feira ocorreu a primeira visita nesta modalidade, que contou com funcionários de um escritório de importação que atua na cidade. Durante o passeio pelo complexo, eles receberam informações de como são feitas as operações e o contexto histórico do Porto do Recife, desde a sua fundação até a relevância econômica atual para Pernambuco.

Para interessados em realizar visitas à área portuária, basta preencher um cadastro no site do porto, que pede dados como nome completo e CPF. Para que a data seja agendada, é preciso formar um grupo com pelo menos 10 pessoas, e que se realize o transporte por van ou ônibus no traslado até o cais. Não são permitidos carros de passeio.

O engenheiro civil Denaldo Coelho foi o guia da primeira visita na nova modalidade e destacou que a partir da fundação do Porto de Suape, também em Pernambuco, o Porto do Recife ficou um pouco “esquecido”. Segundo ele, há pessoas que acreditam até que o ancoradouro está desativado, por isso, mostrar as atividades que acontecem por ali são de extrema valia e reconhecimento.

Durante o passeio, ele explicou que Recife é uma metrópole hoje devido ao impulso dado pelas atividades portuárias, iniciadas em 1918. O guia citou ainda os principais produtos importados por ali, como açúcar, barrilha, cevada e fertilizantes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/10/2022

REGIÃO SUL - INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES É INAUGURADA EM SÃO FRANCISCO DO SUL

Nova unidade duplicará a produção destinada ao agronegócio e favorecerá as atividades de importação e exportação do porto

A capacidade de produção de fertilizantes aumentará de 60 para 120 toneladas por hora na nova indústria



TODOS ESSES FERTILIZANTES CHEGAM PELO PORTO. ENTÃO, É FUNDAMENTAL QUE A GENTE TENHA MAIOR RETROÁREA PARA ARMAZENAR E FAZER A MISTURA, FAZENDO COM QUE CHEGUE MAIS RAPIDAMENTE ÀS PROPRIEDADES CATARINENSES QUE PRODUZEM NOSSOS ALIMENTOS E AO MESMO TEMPO NOSSOS GRÃOS QUE SÃO EXPORTADOS

VLADIMIR FAY
presidente do Porto de São

A Federação das Cooperavas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (Fecoagro) inaugurou a sua mais nova indústria de fertilizantes, na última sexta-feira, em São Francisco do Sul, no norte de Santa Catarina. A unidade está instalada em uma retroárea próxima ao porto.

Segundo a Fecoagro, a nova misturadora terá tecnologia de última geração, duplicando a capacidade de produção de fertilizantes de 60 para 120 toneladas por hora. Ao todo, foram investidos R\$ 27 milhões nas instalações, com recursos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

O presidente da Fecoagro, Arno Pandolfo, ressaltou que a unidade industrial beneficiará diretamente o produtor agrícola com maior oferta de fertilizantes para as suas lavouras e melhores preços no mercado. “Somos balizadores desse preço no estado e no país. Sem a Fecoagro, o produtor teria de comprar em outra indústria”, disse Pandolfo.

O insumo é indispensável aos produtores do agronegócio do Estado. Em 2021, o valor de produção agropecuária de Santa Catarina registrou o recorde de R\$ 55,8 bilhões, 36,4% a mais do que no ano anterior. Para a federação, os números reforçam a importância do agronegócio no Estado, sendo responsável por 30% do PIB (Produto Interno Bruto) catarinense e 70% das exportações.

O presidente do Porto de São Francisco do Sul, Vladimir Fay, pontuou que “todos esses fertilizantes chegam pelo porto. Então, é fundamental que a gente tenha maior retroárea para armazenar e fazer a mistura, fazendo com que chegue mais rapidamente às propriedades catarinenses que produzem nossos alimentos e ao mesmo tempo nossos grãos que são exportados”.

O BRDE já apoiou outros projetos no Porto de São Francisco do Sul, totalizando R\$ 50 milhões. “O agro é um dos principais pilares econômicos do nosso Estado. É uma cadeia de boas notícias que um empreendimento desses gera”, comentou o superintendente do BRDE, Marcone Souza Melo.

Para o secretário estadual de Agricultura, Ricardo Miotto, “os fertilizantes são estratégicos para que a produtividade seja maximizada. Como Santa Catarina é pequena, precisamos investir em tecnologia. Esse investimento vai refletir em mais rentabilidade ao homem do campo”.

“É o avanço do agronegócio e o Governo do Estado tem de estar junto provendo essa infraestrutura, seja logística, de assistência técnica através da Epagri, sanidade animal e vegetal por meio da Cidasc”, complementou Miotto.

Emprego

A nova unidade da Fecoagro gerou 180 empregos diretos. “É a maior empresa de fertilizante de Santa Catarina e temos a felicidade de estar instalada em nossa cidade, até pela facilidade logística por causa do porto”, salientou o prefeito de São Francisco do Sul, Godofredo Gomes Moreira.

Investimentos em infraestrutura de acesso

Na ocasião, o governador de Santa Catarina em exercício, Moacir Sopesa, anunciou a renovação do convênio com a Fecoagro para o Programa Troca-Troca para 2023. Além disso, assinou protocolo de intenções para o repasse de R\$ 3,5 milhões à construção de uma passarela na BR-280, em frente à fábrica da Fecoagro. As obras serão executadas pela Prefeitura. Sopesa também deu ordem de serviço para a duplicação de rodovia estadual em Chapecó, que beneficiará o acesso à nova indústria de soja da Cooperalfa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/10/2022

REGIÃO SUDESTE - PORTOS DO RJ MOVIMENTAM 40 MILHÕES DE TONELADAS DE JANEIRO A AGOSTO

Faturamento da Autoridade Portuária neste período totalizou R\$ 562 milhões

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br



O Porto do Rio de Janeiro movimentou 6,8 milhões de toneladas no acumulado do ano, com um aumento de 21,5% na movimentação de carga containerizada

Os portos administrados pela Companhia Docas do Rio de Janeiro movimentaram juntos 40 milhões de toneladas entre janeiro e agosto deste ano. São eles: Rio de Janeiro, Itajaí, Niterói e Angra dos Reis. O faturamento da Autoridade Portuária no período foi de R\$ 562 milhões.

Somente no mês de agosto as operações totalizaram 5,6 milhões de toneladas, perfazendo o terceiro maior volume do ano. Com isso, houve recuperação da movimentação de cargas no segundo quadrimestre, segundo a Companhia Docas.

O Porto do Rio de Janeiro contribuiu para os resultados positivos movimentando 6,8 milhões de toneladas no acumulado do ano, 12,2% a mais em comparação ao volume de carga registrado no mesmo período de 2021. O quadro foi influenciado, principalmente, pela alta de 21,5% na movimentação de carga containerizada. Entre janeiro e agosto, foram movimentados 360.276 TEU no complexo portuário fluminense, o que corresponde a um crescimento de 22,9% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Faturamento

Em agosto, o faturamento da Autoridade Portuária foi de R\$65,7 milhões, o terceiro maior do ano, em termos nominais.

Já no acumulado de janeiro a agosto, a receita totalizou R\$ 562 milhões. Também nos primeiros oito meses deste ano, o Porto do Rio de Janeiro faturou um total de R\$ 147,2 milhões que, em termos nominais, representa um aumento de 10,3%, no comparativo ao mesmo período de 2021.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/10/2022

REGIÃO SUDESTE - ANTAQ DISPONIBILIZA DOCUMENTOS PARA DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Material é o mesmo que foi enviado ao TCU no último dia 23

Por **TALES SILVEIRA** tales@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) disponibilizou o acesso para os documentos técnicos relativos à desestatização e concessão da Autoridade Portuária de Santos (Santos Port Authority) que foram enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

A proposta de desestatização começou a tramitar na corte no último dia 23. A previsão é que o empreendimento receba cerca de R\$ 20,3 bilhões em investimentos, entre despesas de operação, novas obras e outros R\$ 4,2 bilhões para construção de execução de um túnel submerso que ligará Santos à cidade de Guarujá. O tempo de contrato será de 35 anos com possibilidade de renovação por mais cinco.

Para o leilão, de critério “Maior Valor de Outorga” – montante que quem vence o leilão ou licitação paga para ter o contrato de concessão – a Antaq estipulou em pouco mais de R\$ 3 bilhões de valor mínimo de arrematação.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos (PDZ), até 2040, há uma perspectiva de crescimento de quase 50% na capacidade total do porto e de 58% na demanda atendida, em relação à 2020. Esma-se ainda um aumento na movimentação de 45 Mton para 86 Mton no modal ferroviário e de 73,3 Mton para 101 Mton, para o mesmo período.

O edital também limita a participação dos operadores portuários. A primeira proposta é de que terminais e operadores possam participar do leilão para a desestatização do complexo marítimo formando consórcios podendo ter somente 5% de controle acionário e, coletivamente, esses agentes vão poder chegar a 100% da entidade. Ou seja, será possível que um mínimo de 20 operadores se una e forme um consórcio para disputar o leilão e, vencendo, assuma a administração do cais santista.

A outra proposta, que é a original do ministério, estipula que os operadores possam ter uma participação individual de 15% e em conjunto, 40%.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 04/10/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PORTONAVE BATE RECORDES DE CONTÊINERES MOVIMENTADOS E DE FLUIDEZ NO GATE

Fonte: **SINDOP (5 de outubro de 2022)**

A movimentação de 110.700 TEUs em contêineres e o acesso ao gate de entrada de saída de caminhões na ordem de 2.660 em um único dia levaram a um recorde histórico para um mês de setembro no Porto de Navegantes (Portonave), em Santa Catarina. Os recordes anteriores foram de 109 mil TEUs, também em setembro do ano passado, e de 2.654 caminhões em 25 de janeiro de 2022.

A empresa destaca a movimentação de área de gate na Portonave, com 2.660 atendimentos em 24 horas. O recorde, segundo a Portonave, pode ser associado ao aumento da movimentação que vem ocorrendo no segundo semestre, junto com a alta performance das equipes do gate e do setor



operacional. “O caminhão chega ao terminal, descarrega ou carrega seu contêiner, saindo em um tempo médio de 25 a 28 minutos, fazendo com que o motorista consiga executar mais agendamentos durante o dia. Se tivéssemos mais agendamentos para esse dia, nós teríamos feito um número maior, com certeza”, disse Leandro Barboza, supervisor de Gate da Portonave à Portos e Navios.

Conforme Luís Lemos, supervisor comercial da Portonave, o complexo portuário catarinense registrou o trânsito de 487 mil contêineres, no acumulado do ano, contra 479 mil entre janeiro e setembro de 2021. Em exportações, foram 11,7 mil contêineres que seguiram para os Estados Unidos, China, México, Japão e África do Sul. Os destaques foram madeiras e seus derivados (47%), carnes congeladas e seus derivados (26%), maquinário (3,4%), cerâmica (3,2%), tabaco (2,9%), papel (2,5%), metais comuns (1,9%), ração (1,5%), frutas (1,2%), alimentos (0,92%), entre outros (7,4%).

Lemos informou que, nas importações, a movimentação chegou a 19,8 mil contêineres oriundos da China, EUA, Bélgica, Alemanha e Colômbia. Os principais produtos foram plásticos e derivados (16%), têxtil (11%), maquinário (10%), químicos (9%), bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (6,4%), borrachas e derivados (5,7%), metais comuns (4,3%), alimentos (3,4%), papel (1,6%), madeiras e seus derivados (1,6%), entre outros (28%).

Segundo maior porto em movimentação de contêineres do Brasil, o Porto de Navegantes somou 10 milhões de TEUs movimentados, em fevereiro deste ano. Agora, continua com sua meta de alcançar os 11 milhões. Em 15 anos de operação, foram 8,2 mil escalas de navios com serviços de importação e exportação, além das cargas especiais como aeronaves militares, barcos, helicópteros, entre outras.

“A proximidade do final do ano, período em que as compras de mercadorias são maiores, aliado à eficiência das operações do terminal, faz com que nossos clientes aumentem a movimentação de suas cargas pela Portonave”, ressaltou Lemos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 05/10/2022

ANTT APROVA REDUÇÃO DOS VALORES DA TABELA FRETE

Informações: Agência Porto (5 de outubro de 2022)

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (4/10) a atualização da tabela do piso mínimo do frete do transporte rodoviário de carga. A Portaria Suroc Nº 219 proporciona uma redução média nos valores de -2,89% a -3,68, dependendo do tipo de carregamento.

O reajuste considera o preço final do Diesel S10 nas bombas, uma vez que a Lei 14.445/2022 determina que a tabela seja reajustada sempre que ocorrer oscilação no valor do combustível superior a 5%, seja para baixo ou para cima.

Para o reajuste, a Agência analisou a tabela de índice de preços divulgada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Segundo levantamento, entre 28 de setembro e 1ª de outubro, o preço médio do Diesel S10 ao consumidor ficou em R\$6,73 por litro, o que resultou em um percentual de variação acumulado, desde a publicação da Portaria Suroc nº 214, de 22 de agosto, de -5,61% – quando ocorreu o último reajuste na tabela frete.

Para saber tudo sobre a Política Nacional dos Pisos Mínimos de Frete (PNPM), clique aqui.

Com o atingimento do gatilho, os reajustes médios tabela frete foram os seguintes, de acordo com o tipo de operação:

Tabela A – transporte rodoviário de carga de lotação: -2,89%



Tabela B – veículo automotor de cargas : -3,21%

Tabela C – transporte rodoviário de carga lotação de alto desempenho: -3,37%

Tabela D – veículo de cargas de alto desempenho: -3,68%

Os novos valores mínimos do frete rodoviário conforme tipo de carga podem ser consultados neste link.

Histórico

Pela legislação, a Agência tem de reajustar a tabela do frete a cada seis meses ou quando a variação do preço do diesel for igual ou superior a 5%, quando é acionado o mecanismo de gatilho. O último reajuste da tabela pelo mecanismo do gatilho tinha ocorrido em 23 de agosto.

A Lei 14.445/2022 que institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (PNPM-TRC), determina que compete à ANTT publicar norma com os pisos mínimos referentes ao quilômetro rodado na realização de fretes, por eixo carregado, consideradas as distâncias e as especificidades das cargas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/10/2022

NOVA FERROESTE É ELEGÍVEL PARA EMISSÃO DE TÍTULOS VERDES, ATESTAM ESPECIALISTAS

Informações: SINDOP (5 de outubro de 2022)

A Bureau Veritas, contratada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o Governo do Estado, considerou o projeto da Nova Ferroeste, corredor ferroviário que ligará Maracaju (MS) a Paranaguá, elegível para emissão de títulos verdes, os Green Bonds. A avaliação foi realizada por uma equipe multidisciplinar que seguiu os critérios de Transporte Terrestre da Climate Bonds Initiative (CBI), uma das principais referências de títulos climáticos do mundo.

Proposta pelo Governo do Paraná, a linha interestadual com 1.567 quilômetros vai dar origem ao Corredor Oeste de Exportação, conectando os estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. Os estudos realizados para a elaboração do projeto para emissão de títulos verdes consideraram como fonte de energia das futuras locomotivas a eletricidade e o óleo diesel. Estas e outras informações técnicas contidas no Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) serviram como base para a análise.

“No Paraná, com o projeto da Nova Ferroeste, estamos dando uma contribuição para promover um novo ciclo de crescimento econômico através da consolidação de uma central logística, sempre em harmonia com o meio ambiente”, diz o coordenador do Plano Estadual Ferroviário, Luiz Henrique Fagundes.

O índice de emissão de gases poluentes foi o principal fator considerado. O parecer final apontou a emissão de 16g CO₂/TKU (tonelada por quilômetro útil), abaixo do limite das normas da CBI, que é de 24g CO₂/TKU. A partir desse resultado, o projeto pode ser submetido a uma análise para certificação de títulos verdes.

“A engenharia sempre está disponível para conseguirmos grandes resultados, e a gente utilizou o máximo possível dela dentro de um conceito de sustentabilidade econômica”, completa Fagundes.

O investimento no modal ferroviário permite melhor aproveitamento energético no transporte de cargas, principalmente em longas distâncias. De maneira geral, o caminhão emite quatro vezes mais CO₂ que o trem para levar a mesma carga. O transporte é a segunda atividade que mais contribui para as emissões globais de gases do efeito estufa, atrás apenas da geração de eletricidade.



A preocupação com a redução desses índices é crescente em todo o mundo. Prova disso é o interesse de investidores em projetos com potencial para obtenção de títulos verdes e climáticos para entregar produtos e serviços de qualidade com o menor impacto ao meio ambiente. As certificações elevam a confiança e a transparência diante dos investidores e clientes.

Títulos verdes – Esses títulos são fundos financeiros disponíveis destinados a empreendimentos verdes. São similares aos títulos de dívida comuns, com a diferença essencial de que só podem ser usados para financiar investimentos considerados sustentáveis. “Com isso a gente passa a ter acesso a capitais e aporte de fundos que não teríamos em condições normais, porque são destinados somente a empreendimentos como esse”, completa o coordenador do Plano Estadual Ferroviário.

Bancos estrangeiros e o BNDES, maior banco nacional de desenvolvimento, oferecem opções de crédito voltadas a projetos verdes. São recursos disponíveis exclusivamente para empresas que atendem alguns critérios ambientais específicos definidos pelas certificadoras. O resultado dessa avaliação poderá ser utilizado pelo vendedor do leilão do projeto, previsto para 2023.

“Essa conquista, junto com o licenciamento ambiental que estamos aguardando do IBAMA, vai trazer mais conforto para os investidores e aumentar a atratividade para o empreendimento quando colocarmos na Bolsa de Valores. Estamos falando de fundos de trilhões de dólares, são valores vultosos que o vencedor do leilão vai passar a ter acesso”, afirma Fagundes.

Licença ambiental – O Governo do Paraná aguarda a emissão da Licença Prévia (LP) pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis). No primeiro semestre, técnicos do órgão licenciador realizaram sete audiências públicas em Mato Grosso do Sul e no Paraná. Mais de três mil pessoas participaram de maneira presencial e virtual. Este ano a Nova Ferroeste também passou a integrar a Iniciativa de Mercados Sustentáveis, ligada à Coroa Britânica.

Nova Ferroeste – O projeto da Nova Ferroeste visa estimular o desenvolvimento econômico dos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, além da Argentina e o Paraguai ao promover uma opção logística mais eficiente e econômica. Estudos apontam a redução de até 30% no custo logístico com a implantação da ferrovia.

A Nova Ferroeste vai ampliar a capacidade de escoamento, melhorando o acesso dessas regiões com o Porto de Paranaguá, a porta de saída de boa parte da produção brasileira. Esse desenvolvimento será feito com bases sustentáveis, especialmente para reduzir o tráfego de veículos de carga em rodovias como a BR-163/MS/PR e a BR-277/PR.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 05/10/2022

BANCO MUNDIAL AUMENTA PARA 2,5% PREVISÃO DE PIB BRASILEIRO ESTE ANO

Informações: Notícias agrícolas (5 de outubro de 2022)

A economia brasileira deverá terminar o ano com crescimento de 2,5%, segundo novas estimativas divulgadas hoje (4) pelo Banco Mundial. A projeção anterior estava em 1,5%. Para 2023, o organismo internacional manteve em 0,8% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

As estimativas estão mais em linha com as previsões do governo. No fim de setembro, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia elevou de 2% para 2,7% a projeção de crescimento do PIB em 2022 LINK 1 .

Para 2023, as projeções divergem. A proposta de Orçamento Geral da União prevê crescimento de 2,5%, enquanto as estimativas do Banco Mundial apontam expansão bem menor.



As novas estimativas foram divulgadas como adiantamento do encontro anual de outono (no Hemisfério Norte) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. As reuniões ocorrem na próxima semana, entre os dias 10 e 16, em Washington.

Segundo o relatório, os gastos sociais e os investimentos (obras públicas e compra de equipamentos) são elementos centrais para impulsionar o crescimento na América Latina no cenário pós-covid. No entanto, o equilíbrio fiscal deve ser buscado. Os gastos extras devem ser financiados por meio de novos impostos, reforma tributária e medidas para melhorar a eficiência do gasto público.

De acordo com o Banco Mundial, 40% dos ajustes fiscais na América Latina foram feitos com base em corte de investimentos. Segundo o órgão, esse tipo de ajuste pode melhorar as contas públicas no curto prazo, mas tem efeitos nocivos no longo prazo.

O relatório mostra que 17% dos gastos públicos poderiam ser cortados em alguns países, decorrentes de transferências mal destinadas, compras ruins e políticas de recursos humanos ineficientes.

Região

Em relação à América Latina e o Caribe, o Banco Mundial aumentou a previsão de crescimento do PIB de 2,5% para 3%. Para o próximo ano, no entanto, a estimativa foi reduzida de 1,9% para 1,6%. Apesar da melhora nas projeções para o Brasil, o país deverá crescer menor que a maioria dos países da região. Somente México e Chile devem encerrar o ano com crescimento inferior ao brasileiro.

México e Chile são um dos poucos países latinos que devem crescer menos do que o Brasil, com variações de 1,8% neste ano. Para 2023, o Banco Mundial prevê queda de 0,5% no PIB chileno e avanço de 1,5% no PIB mexicano.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/10/2022

EXPORTAÇÕES SUPERAM AS IMPORTAÇÕES EM QUASE US\$ 4 BILHÕES EM SETEMBRO

Informações: Agência Porto (5 de outubro de 2022)

As exportações brasileiras no mês de setembro alcançaram a cifra de US\$ 28,95 bilhões, um crescimento de 18,8% em comparação com mesmo mês do ano passado. Já as importações totalizaram US\$ 24,96 bilhões, 24,9% maior do que em setembro de 2021. Com esse resultado, as exportações superaram as importações em US\$ 3,99 bilhões, o que significa que houve superávit. A soma das vendas e das compras no mercado internacional, chamada de corrente de comércio, aumentou 21,5% em setembro e chegou a US\$ 53,91 bilhões.

Os dados foram divulgados na tarde desta segunda-feira (03/10) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

As exportações no mês passado foram impulsionadas pelo crescimento de 47,5% de produtos da agropecuária, que somou US\$ 5,85 bilhões, e da indústria de transformação, que cresceu 22,3% e alcançou US\$ 16,13 bilhões.

O movimento de crescimento nas importações foi influenciado pela ampliação das compras de produtos como Trigo e Centeio (32%), Cevada (5.632%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (192,7%).

No acumulado do ano (janeiro/setembro 2022), as exportações somaram US\$ 253,84 bilhões, crescimento de 18,4% em comparação com os primeiros nove meses do ano passado. No mesmo período, as importações cresceram 30,6% e totalizaram US\$ 205,97 bilhões. Com isso, a balança

comercial brasileira apresentou superávit de US\$ 47,87 bilhões, queda de 15,6% em relação aos meses janeiro a setembro de 2022. Já a corrente de comércio registrou aumento de 23,6%, atingindo US\$ 459,81 bilhões.

Argentina, China, Estados Unidos e União Europeia são os principais parceiros comerciais do Brasil.

Até o final do ano, a previsão do Ministério da Economia é de que o país feche a balança comercial com saldo favorável ao Brasil em US\$ 55,4 bilhões.

A balança comercial é o conjunto de dados do comércio exterior do Brasil que são divulgados mensalmente pelo Governo Federal. Os números indicam a diferença entre as exportações e importações, seja do mês ou do ano.

O chamado superávit da balança comercial, que é quando o país vende mais do que compra no mercado internacional, é importante para a entrada de dólares na economia brasileira e para a geração de emprego.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/10/2022

MAERSK ADICIONA SEIS PORTA-CONTÊINERES VERDES DE 17.000 TEU À FROTA

Informações: Port Technology (5 de outubro de 2022)



A AP Moller – Maersk (Maersk) encomendou seis grandes navios oceânicos que podem ser abastecidos com metanol verde. Imagem: Port Technology

As embarcações serão construídas pela Hyundai Heavy Industries (HHI) com capacidade nominal de aproximadamente 17.000 TEU, para substituir a capacidade existente na frota da Maersk.

A entrega está prevista para 2025.

“Nossos clientes estão nos procurando para descarbonizar suas cadeias de suprimentos, e essas seis embarcações capazes de operar com metanol verde vão acelerar ainda mais os esforços para oferecer aos nossos clientes transporte neutro em termos climáticos”, disse Henriette Hallberg Thygesen, CEO da Fleet & Strategic Brands da Maersk.

“É necessária uma ação global nesta década para cumprir a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a um aumento de temperatura de 1,5°C.”

A empresa anunciou que todos eles vêm como parte de seu programa de renovação de frota em andamento. Quando todos os 19 navios encomendados forem implantados, eles gerarão uma economia anual de emissões de CO2 de cerca de 2,3 milhões de toneladas.

A Maersk estabeleceu uma meta de emissões líquidas zero para 2040 em todo o negócio, incluindo uma redução de 50% nas emissões por contêiner transportado na frota da Maersk Ocean em comparação com 2020.

A gigante dinamarquesa recentemente ofereceu seu apoio ao US Clean Shipping Act, que visa as emissões de gases de efeito estufa do transporte marítimo.

O projeto de lei estabelece padrões de intensidade de carbono para combustíveis usados por navios e estabelece requisitos para eliminar as emissões de navios no porto até 2030, em uma

tentativa de proteger a saúde das comunidades portuárias, abordar a injustiça ambiental e fornecer soluções para a crise climática.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/10/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

EM CAMPANHA PARA O 2º TURNO, BOLSONARO LANÇA MEDIDAS VOLTADAS PARA BAIXA RENDA, MULHERES E NORDESTINOS

Estas são justamente as fatias do eleitorado consideradas estratégicas pela campanha

Por Daniel Gullino, Geralda Doca, Bruno Rosa e Carolina Nalin — Brasília e Rio

Na primeira semana da campanha do segundo turno, o presidente Jair Bolsonaro (PL) colocou em marcha uma estratégia para angariar votos com uma série de medidas voltadas para a baixa renda, as mulheres e a população nordestina. Estas são justamente as fatias do eleitorado consideradas estratégicas pela campanha à reeleição.

O ponto central da ofensiva é a ampliação em 520 mil famílias no contingente atendido pelo Auxílio Brasil — o programa foi lançado com a ambição de abranger 18 milhões de famílias e agora deve chegar a 21,13 milhões às vésperas do segundo turno.

Mas as ações vão além. O governo antecipou o calendário de pagamentos, prometeu criar um 13º para mulheres inscritas no programa (uma iniciativa que só pode ser colocada em prática em 2023 diante da falta de orçamento este ano).

E na segunda quinzena do mês, a Caixa vai começar a ofertar crédito consignado a beneficiários do Auxílio Brasil, uma operação da qual os grandes bancos decidiram ficar fora.

Combustível em queda

Em outra frente, mais voltada para a classe média, a Petrobras, como resumiram fontes, vai “fazer de tudo” para reduzir os preços dos combustíveis, uma das bandeiras da campanha bolsonarista. Fontes ligadas à petroleira dizem que ela vai continuar a reduzir preços nas próximas semanas e se referem ao quadro como “força total”.

Lembram ainda que o movimento deve ser intensificado pela chegada de diesel russo ao país, o que vai ajudar no movimento de queda. Uma das fontes a par da estratégia disse que “a ideia é usar todos os recursos possíveis” para reduzir os preços. Procurada, a estatal disse que “não antecipa informações sobre reajustes de combustíveis”.

A inclusão de beneficiários no Auxílio Brasil foi anunciada em entrevista ontem pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério da Cidadania. O governo já previa incluir famílias no programa, mas deixou para fazer o anúncio após a definição do primeiro turno. Em setembro, ingressaram 450 mil famílias. Em agosto, tinham sido 2,2 milhões.

O acréscimo foi possível após a aprovação da chamada proposta de emenda à Constituição (PEC) Eleitoral, em julho, que elevou o benefício a R\$ 600 e o número de famílias.

A fila do programa é composta por pessoas que se cadastraram e atendem aos critérios, mas ainda não recebem o dinheiro.

— O que determina o tamanho da fila é a disponibilidade de orçamento do programa. E se há orçamento para contemplar as famílias neste momento, por que não se verificou isso antes? O orçamento exige transparência, aprovação legal e planejamento, e não pode estar submetido ao calendário eleitoral — afirma o presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, Leandro Ferreira, que critica o uso eleitoral do programa com a antecipação do calendário de pagamentos.

Calendário flutuante

Na segunda-feira, após o resultado do primeiro turno, o calendário de pagamento foi antecipado este mês e começará dia 11, não no dia 18 como previsto. Assim, a última data de pagamento vai ocorrer a cinco dias do segundo turno. Analistas dizem que a eleição tornou o calendário uma gangorra, em que o beneficiário não tem certeza de quando vai receber o próximo pagamento.

Em agosto, a data foi antecipada, mas não em setembro, o que criou um intervalo de 40 dias. Agora, com a nova mudança, o prazo fica em 20 dias.

Ontem, Bolsonaro falou ainda em pagar um 13º para mulheres que recebem o Auxílio Brasil em 2023. A campanha de Bolsonaro avalia que o público feminino é um foco de resistência ao presidente e tenta vencer essa barreira. O anúncio tem um mote político, já que não há recursos disponíveis para o pagamento e nem será feito neste ano.

— Está acertado (o 13º). Só para as mulheres, 17 milhões, a partir do ano que vem — disse Bolsonaro. — Não dá (para pagar esse ano), até por ser ano eleitoral, você não pode tratar desse assunto agora. É proibido pela lei eleitoral. A partir do ano que vem, 13º para o Auxílio Brasil — afirmou, no Palácio do Planalto.

Mais tarde, o senador Flávio Bolsonaro destacou o anúncio em uma rede social. “Presidente @jairbolsonaro já bateu o martelo e a partir de 2023 o governo federal pagará 13º do Auxílio Brasil para as mulheres!”, escreveu.

O Ministério da Cidadania, porém, foi pego de surpresa. Técnicos da pasta reforçaram que, se isso ocorrer, seria somente para 2023 — mesmo assim, não há recursos disponíveis na proposta orçamentária.

Sem lista de interessados

Integrantes do governo lembram que não há verba nem para manter o piso do Auxílio Brasil em R\$ 600 a partir de janeiro. Será preciso aprovar uma mudança no Congresso para viabilizar o valor maior no ano que vem. A folha atual custa R\$ 12,5 bilhões por mês. Não foi informado, porém, quanto é pago para mulheres, que representam a maioria dos beneficiários do programa.

Em outra frente, a oferta do consignado a beneficiários do Auxílio Brasil na segunda quinzena do mês pela Caixa vai turbinar os pagamentos na véspera da eleição. Segundo Daniella Marques, presidente da Caixa, os juros ficarão um pouco abaixo do teto fixado pelo governo, de 3,5% ao mês. Ela disse entender a posição dos outros bancos, mas defendeu a iniciativa da Caixa:

— Entendo que outros bancos não sabem operar com a baixíssima renda. A Caixa como banco social conhece profundamente a baixa renda.

Apesar da resistência dos grandes bancos ao consignado, diante de críticas ao risco de endividamento, o ministro da Cidadania, Ronaldo Bento, disse que há 60 instituições financeiras em fase de cadastramento para operar a modalidade. Assim como anteriormente, quando o governo afirmava que existiam 17 instituições interessadas, nomes não foram divulgados.

APOIO PRIVADO A HOSPITAIS PÚBLICOS AMPLIA ATENDIMENTO DE ALTO PADRÃO

Empresas fazem convênios com prefeituras para gerir unidades ou adotam ações filantrópicas. Investimentos são compensados com abatimento de tributos

Por Eliane Sobral, Especial Para O Prática ESG — São Paulo

Seja por meio da filantropia ou por convênios com o poder público, a participação da iniciativa privada tem feito a diferença em algumas frentes da saúde no Brasil. Só o Hospital Albert Einstein administra 28 unidades de saúde no Estado de São Paulo, que vão de unidades básicas (UBS) a atendimento especializado, como um ambulatório de especialidades pediátricas, Centros de Atenção Psicossocial (Capes) e três hospitais — um na cidade de Aparecida de Goiânia (GO) e dois em São Paulo, localizados em bairros de baixa renda.

Desde o início da parceria do Einstein com a Prefeitura de São Paulo, em 2001, foram mais de 53 milhões de atendimentos — só em 2021 foram 5,2 milhões de pessoas.

Em uma das unidades geridas pelo Einstein, o Hospital Municipal M'Boi Mirim, na Zona Sul da capital, são 25 mil atendimentos por mês em diversas especialidades. Um terço dos funcionários mora na região. Na pandemia, ele ganhou uma ala anexa construída às pressas com ajuda do setor privado — Einstein, além de Ambev e Gerdau, com mais 100 leitos.

Boa parte das ações estão sob o guarda-chuva do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), que envolve o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass), além das secretarias municipais de Saúde (Conasems). Além do Einstein, outros cinco hospitais participam: BP, a Beneficência de São Paulo, HCor, Hospital Alemão Oswaldo Cruz, Sírío Libanês e o Hospital Moinhos de Vento, do Rio Grande do Sul.

Certificados

O diretor superintendente do Instituto Israelita de Responsabilidade Social do Einstein, Guilherme Schettino, explica que, para atuar com o setor público, os hospitais precisam ser reconhecidamente de excelência e ter certificados internacionais de qualidade em várias frentes, como segurança do paciente:

— Não é apenas assumir uma unidade pública. O trabalho envolve implantar um alto padrão de atendimento, tecnologia e segurança que os hospitais têm e oferecem em suas próprias instalações.

Só no Einstein, os projetos que envolvem o Proadi-SUS chegam a investimentos de R\$ 300 milhões por ano, de acordo com o presidente do hospital israelita, Sidney Klajner. Mas os recursos envolvidos não saem em forma de pagamento direto ao SUS, nem estão nos orçamentos públicos da saúde nas esferas federal, estadual ou municipal.

Os projetos são geridos com recursos das próprias instituições privadas, e o dinheiro investido é compensado com abatimento fiscal de tributos como PIS-Cofins e cota patronal do INSS.

Klajner lembra que, durante a pandemia da Covid-19, foram mais de 500 leitos atendidos por telemedicina em todo o país. Para ele, isso fez diferença porque o atendimento era levado a lugares onde não havia especialistas, como pneumologistas e infectologistas.

A experiência deu tão certo que, agora, outros hospitais que fazem parte do Proadi-SUS estão levando o teleatendimento para as regiões Centro-Oeste e Nordeste do país.

Capacitação

O próximo passo do Proadi-SUS é incluir pesquisa e desenvolvimento nas áreas da saúde, e expandir as iniciativas que já existem em educação para a saúde dentro do programa — já foi feita capacitação para prevenção e redução de infecção hospitalar e o foco do trabalho se volta agora para atenção primária à saúde.

— Muitos pacientes do serviço público chegam a nós com a saúde bastante debilitada. Isso é um problema que tem de ser resolvido na ponta do atendimento — afirma Schettino.

Doenças crônicas são desafio global

O maior problema de saúde em todo o mundo, e não apenas por aqui, é o conjunto chamado de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), que englobam desde infarto agudo do miocárdio a diabetes, acidente vascular encefálico (derrame), os vários tipos de câncer, entre outros.

De acordo com o último levantamento publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no início deste ano, as DCNTs fazem mais de 40 milhões de vítimas todos os anos no mundo. No Brasil, ainda de acordo com a OMS, elas respondem por nada menos que 75% dos óbitos. E é exatamente aí que o Instituto Umane atua.

Associação de caráter filantrópico, a Umane surgiu após a venda do Hospital Samaritano de São Paulo para a americana UnitedHealth, em 2015. Até 2020, a comissão formada por médicos do hospital se chamava Associação Samaritano.



Thaís Junqueira, CEO da Umane — Foto: Divulgação/Viridiana Brandão

No ano passado, a marca mudou para Umane, mas o propósito continua o mesmo: administrar os recursos da venda do hospital, investindo em projetos de combate às DCNTs.

— Nosso foco é muito claro. Não estamos na medicina de média e alta complexidade. Nossa atuação é na porta de entrada, na atenção básica e na promoção de saúde — resume a CEO da entidade, Thaís Junqueira.

Segundo ela, algo entre 65% e 70% dos custos de saúde são gastos com DCNTs. Estudo da Universidade Federal Fluminense (UFF) estima que, em 2019, doenças crônicas não transmissíveis custaram cerca de R\$ 1,68 bilhão em internações no SUS.

Thaís não revela qual o montante que o fundo dispõe, mas, segundo levantamento realizado pelo Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS), a entidade tem um patrimônio de R\$ 1,9 bilhão. Apoiar 13 projetos, como o desenvolvido em parceria com o Instituto Desiderata, do Rio, que desenvolve programas de combate à obesidade infanto-juvenil.

Segundo dados da Umane, só neste projeto foram impactadas 8 milhões de pessoas. Em outra iniciativa, em parceria com o Hospital Sírio Libanês, foram realizados 16,8 mil atendimentos em dez diferentes especialidades médicas, só em 2021, com a participação de 31 subprefeituras.

Thaís chama a atenção das empresas para que tenham em sua cultura a promoção da saúde junto a seus empregados.

— Não é só oferecer plano de saúde. Empregado doente é custo para a empresa, a pandemia mostrou isso para nós — diz a executiva.

SETOR DE GÁS ATRAI US\$ 20 BI EM INVESTIMENTOS ATÉ 2028

Venda de ativos da Petrobras e nova legislação para o segmento estimulam aportes. Mas entraves regulatórios nos estados freiam maior expansão

Por Bruno Rosa — Rio

Após o início do processo de venda de ativos da Petrobras e a criação da Lei do Gás, o setor começa a receber seus primeiros investimentos privados na expansão de malhas de gasodutos. Projeções da associação do setor, a ATGás, e de companhias que atuam do segmento apontam para ao menos R\$ 20 bilhões entre 2022 e 2028 a serem investidos em ampliações de dutos e estações de compressão e tratamento para aumentar a integração energética do país.

O pontapé inicial foi a venda das duas maiores malhas de transporte de gás natural do país que pertenciam à Petrobras. A canadense Brookfield e a Itaúsa compraram a Nova Transportadora do Sudeste (NTS), dona de dois mil quilômetros de gasoduto ligando os estados de Rio, Minas Gerais e São Paulo. A operação foi concluída no ano passado.

Sob novos donos, a companhia anunciou durante a Rio Oil & Gas aportes de R\$ 12 bilhões nos próximos oito anos em ampliações. Já a francesa Engie levou a Transportadora Associada de Gás (TAG), com 4,5 mil quilômetros de dutos entre as regiões Norte e Nordeste. E tem R\$ 2 bilhões para investir em até quatro anos. A Petrobras ainda planeja a venda do gasoduto Brasil-Bolívia.

Oferta vai quase dobrar

Segundo especialistas reunidos no evento, grande parte dos investimentos está sendo feita para receber maior quantidade de gás dos campos do pré-sal e um menor volume da Bolívia. A oferta de gás deve subir dos atuais 50 milhões de metros cúbicos por dia para até 90 milhões de metros cúbicos diários em dez anos com os projetos. Mas, para Rivaldo Moreira, CEO da Gas Energy, é preciso estimular a demanda:

— Não adianta ter oferta, se o país não desenvolver a demanda. É importante pensar em políticas de desenvolvimento para o uso do gás na indústria e no setor elétrico.

Rogério Manso, presidente-executivo da ATGás, lembrou que, para trazer mais dinâmica ao mercado, foi criada uma ferramenta digital que funciona como uma espécie de compra e venda de capacidade de uso dos gasodutos. A TAG, por exemplo, tem hoje 25 contratos ativos baseados nesse modelo.

Apesar do avanço de atores privados, executivos e analistas alertaram que é preciso vencer entraves regulatórios e tributários para permitir a atração de mais recursos. A guerra na Ucrânia também trouxe um novo desafio, pois deve manter o preço do gás em alta no mundo, encarecendo os custos.

— É necessário que os arcabouços regulatórios a nível estatual avancem para permitir que as operações locais possam ocorrer de maneira mais competitiva, garantindo a democratização do uso de gás natural e possibilitando a livre negociação desse ativo para todos os usuários — disse Alexandre Calmon, sócio de energia do Campos Mello Advogados.

Ele afirmou que, desde o início de 2022, pelo menos 11 empresas obtiveram autorização para atuarem como comercializadoras de gás natural. E citou o estabelecimento do mercado livre, por meio do qual produtores e comercializadores podem ofertar gás diretamente para grandes consumidores, como um dos avanços recentes.

Alexandre Ribeiro Chequer, coordenador do Comitê de Regulação de Petróleo e Gás da FGV Direito Rio, corroborou a visão de Calmon:

— Cada estado tem sua agência reguladora e regras próprias. Isso dificulta um planejamento mais amplo.

Impacto da guerra

O maior investimento em malha de dutos ocorre em paralelo à ampliação de terminais de GNL (gás natural liquefeito), insumo que tem mais elasticidade de oferta porque pode ser transportado em navios. Há diferentes projetos em andamento, como o terminal da Compass, em São Paulo, e outros dois da New Fortress, no Pará e em Santa Catarina.

— O GNL tem papel relevante em momentos de crise hídrica, para garantir a segurança energética. Em janeiro, chegamos a importar 57 milhões de metros cúbicos em por dia. Em agosto, caiu a três milhões, com a melhoria do cenário hídrico — frisou Moreira, da Gas Energy.

Com a redução da oferta de gás no mercado internacional por conta da guerra da Ucrânia e a redução de fornecimento de gás com a Bolívia, após negociação da Petrobras, a expectativa é que a demanda por GNL cresça.

No entanto, salientou o presidente da Enauta Décio Oddone em sua apresentação, a crise energética na Europa deve manter o preço do GNL elevado, retardando o “choque de energia barata” que se pretendia com a Lei do Gás.

— A indústria será desafiada a produzir mais barato, com menos emissão de carbono e menor financiamento. Logo, só estará produzindo no futuro quem cumprir com esses requisitos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/10/2022

SENADO APROVA PROPOSTA QUE LIBERA USO DE RECURSOS DA COVID-19 PARA BANCAR NOVO PISO DE ENFERMEIROS

A proposta ainda será encaminhada para análise da Câmara dos Deputados

Por Fernanda Trisotto — Brasília



O plenário do Senado em Brasília Roque de Sá/Agência Senado

O Senado aprovou projeto de lei que permite a estados e municípios usarem recursos que foram recebidos para o combate da Covid-19 para o pagamento de outras despesas na área de saúde, como o novo piso salarial da enfermagem. A proposta ainda será encaminhada para análise da Câmara dos Deputados.

O relator da proposta, Marcelo Castro (MDB-PI), estimou que há cerca de R\$ 34

bilhões parados em contas de fundos de saúde e que podem ser usados agora para bancar os pagamentos do novo salário, fixado em R\$ 4.750 para os enfermeiros, além R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem (70% do total dos enfermeiros) e R\$ 2.375 para auxiliares de enfermagem e parteiras (50%).

O Congresso aprovou o novo piso dos enfermeiros, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro em agosto e suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no início de setembro, que alegou não haver indicação de fonte financeira para o pagamento desse valor adicional.

Castro ponderou que essa é uma ajuda “substancial” para estados e municípios, que dará tempo para que se encontre uma solução permanente para o financiamento permanente do novo piso.

— Nós estamos dando uma ajuda substancial até 31 de dezembro. Aí nós vamos sentar com todas as pessoas envolvidas nessa questão e vamos procurar alternativas para os hospitais privados, para as filantrópicas, para as santas casas. E, evidentemente, vamos dar uma solução de caráter mais permanente — declarou em plenário.

Segundo Breno Monteiro, presidente da Confederação Nacional da Saúde (CNSaúde), entidade que encabeça a ação no STF, diz que a fonte de recurso aprovada no Senado não é a solução para o problema e que o avanço com essa medida é muito pequeno:

—As fontes de recursos precisam trazer “pas”, serem permanentes, abrangentes e suficientes. As apresentadas até agora, inclusive essa, não trazem essa prerrogativa. Elas não trazem o recurso necessário para manutenção desse custo que não se extingui com fim do recurso. Essa aprovação de hoje avança muito pouco. Com certeza não é a solução.

O novo patamar salarial das categorias da enfermagem é contestado por diversas entidades. Os municípios afirmam que o piso pode levar à redução de equipes de saúde da família.

Estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) diz que 32,5 mil profissionais de enfermagem precisariam ser demitidos para bancar o piso, que foi aprovado sem uma forma de financiamento. Os municípios calculam despesas de R\$ 9,4 bilhões ao ano no orçamento com o piso, número maior que o previsto pelo governo federal.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/10/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GM ABRE TERCEIRO TURNO DE TRABALHO EM JOINVILLE E CONTRATA 130 TRABALHADORES

Fábrica de motores vai ampliar capacidade produtiva de 312 mil para 410 mil unidades ao ano

Por Cleide Silva



A General Motors vai reabrir o terceiro turno de trabalho em sua fábrica em Joinville (SC) e contratar cerca de 130 novos funcionários. A planta produz motores, cabeçotes e blocos e ampliará a capacidade produtiva em 30%, de 312 mil para 410 mil unidades ao ano.

O novo turno entrará em operação em 1º de novembro. As demais fábricas da GM no País em Gravataí (RS) e São Caetano e São José dos Campos (SP), de automóveis, operam atualmente em dois turnos.

Fábrica de motores em Joinville vai empregar 762 trabalhadores Foto: GM/Divulgação/2013

Em nota, o presidente da companhia na região, Santiago Chamorro, afirma que “a volta do terceiro turno em Joinville tem significado relevante para a GM na América do Sul; com o aumento de capacidade de produção vamos exportar motores e atender ao lançamento da Nova Montana em 2023, cuja montagem será na fábrica de São Caetano do Sul”.

Inaugurada em 2012, a unidade catarinense passa a empregar 762 funcionários. Ela passou por expansão em 2017 com a quadruplicação de sua área e adoção de processos pioneiros de conservação ambiental e eficiência energética que a colocam entre as mais sustentáveis e modernas da GM em todo o mundo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/10/2022

VALE INICIA PROCESSO DE VENDA DE FATIA DE OPERAÇÃO DE NÍQUEL DE OLHO NA DEMANDA POR BATERIAS

Mineradora já contratou o banco Goldman Sachs e escalou advogados para ajudar a vender fatia minoritária em sua unidade de metais básicos: objetivo é fortalecer o negócio com novo sócio
Por Fernanda Guimarães

Conhecida por ser uma das maiores fabricantes de minério de ferro do mundo, seu produto carro-chefe, a brasileira Vale quer agora dar tração à sua unidade de metais básicos, de olho no potencial da demanda por cobre e níquel, essenciais para a produção de baterias. Para isso, já contratou o banco de investimento americano Goldman Sachs para analisar possíveis alternativas para dar agilidade ao negócio, incluindo a venda de uma fatia minoritária. A ideia, segundo fontes, é ganhar fôlego com um novo sócio sem abrir mão do controle do negócio.

Hoje, a Vale confirmou que segue a avaliar alternativas “para destravar valor de longo prazo a seus acionistas” e que, por isso, contratou assessores para ajudá-la a conduzir o processo de venda de parte do ativo. O comunicado veio em resposta a matéria do jornal britânico Financial Times, que noticiou primeiro a contratação do banco. O jornal citou que a intenção da empresa brasileira é vender uma fatia de US\$ 2,5 bilhões e já teria dado um prazo para que as primeiras ofertas sejam postas no início de novembro.



Vale quer aproveitar potencial do cobre e níquel no processo de transição energética no mundo

O interesse da mineradora é aproveitar o grande interesse e demanda por baterias em um momento em que o assunto na mesa é a transição energética, principalmente no setor automotivo, que no momento vive uma corrida para saber qual montadora vai conseguir colocar no mercado uma opção viável em grande escala. Além do

Goldman Sachs, único banco contratado até aqui, a Vale já escalou advogados na busca dos interessados no negócio, conforme fonte.

Negócio secundário, mas com potencial

A busca de um investidor para a unidade de metais básicos da Vale faz parte de uma reorganização do negócio já anunciada pela empresa, no mês passado e que já tem o aval do conselho de administração. A empresa citou que o processo visava a dar mais eficiência nos processos e na gestão do negócio.

Esse assunto não é novo. A empresa já tinha aventado, anos atrás, uma cisão do negócio e a possibilidade de realizar uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) no exterior.

A estratégia da Vale está ancorada em um mercado em pleno processo de expansão. Uma pesquisa recente da consultoria AlixPartners apontou que as vendas de carros elétricos podem chegar a uma participação do mercado global do setor automotivo de 33% já em 2028 para 54% em 2035. No ano passado essa fatia foi de 8%, globalmente.

A Tesla, lembra o FT, assinou este ano um acordo de compra com a Vale para o níquel produzido no Canadá, um sinal de como a montadora está trabalhando para proteger as cadeias de suprimentos de matérias-primas fora da China. O jornal afirma que a Vale também estaria discutindo contratos de longo prazo com outras empresas, incluindo Ford, GM e Volkswagen.

Mais recentemente, com a demanda por cobre e níquel se consolidando, a Vale já tinha aberto sua missão de fortalecer a área. Para 2028, a companhia espera alcançar um volume produzido de 300 mil toneladas de níquel e, para cobre, estima cerca de 900 mil toneladas.

A empresa tem sido enfática sobre o potencial da área a seus acionistas. Em teleconferência recente, o presidente da companhia Eduardo Bartolomeo, destacou que estava confiante na expansão na área, mas reconheceu que havia desafios a serem superados. "Acreditamos que metais básicos têm uma melhor condição no futuro. Frisou, na ocasião, que a companhia tem o melhor ativo e as melhores reservas. "Nada mudou, precisamos primeiro de executar, depois crescer e depois se estruturar e então buscar as oportunidades de capital".

Em relatório recente, o Citi afirmou que a área de metais básicos da Vale é "uma joia em potencial" e reiteraram que não há, no mundo, um conjunto de ativos como o da empresa brasileira, que reúne no mesmo guarda-chuva níquel e cobre. (COLABOROU BETH MOREIRA)

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/10/2022

CONGONHAS PODERÁ VOLTAR A TER VOOS INTERNACIONAIS, DIZ SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Segundo Ronei Glanzmann, aeroporto poderá se tornar em breve um hub para voos de São Paulo para cidades como Buenos Aires, Montevideu e Santiago

Por Juliana Estigarribia

Buenos Aires - Com a expectativa de expansão do Aeroporto de Congonhas (SP), após leilão de concessão vencido pela espanhola Aena em agosto, o secretário Nacional da Secretaria de Aviação Civil (SAC) do Ministério da Infraestrutura, Ronei Glanzmann, afirma que a internacionalização do terminal paulistano vai sair nos próximos anos. Segundo ele, o primeiro passo para esse processo será a certificação para voos internacionais da aviação geral (antiga aviação executiva), o que deve acontecer ainda este ano.

"O que Congonhas precisa, primeiramente, é a certificação da Anac, que já está em fase muito avançada. O terminal tem quase 1,9 mil metros de pista, consegue decolar tranquilamente voos para Buenos Aires (Argentina), Montevideu (Uruguai) e Santiago (Chile). Vemos grande potencial para o desenvolvimento do tráfego na região, o que estamos chamando de ponte aérea da América do Sul", afirmou Glanzmann ao Broadcast durante a assembleia e conferência anual do Conselho Internacional de Aeroportos América Latina e Caribe (ACI-LAC, na sigla em inglês), promovido em Buenos Aires.

Hoje, Congonhas já opera aeronaves com porte para voos internacionais, chamadas "narrow-bodies" - aviões de fuselagem estreita, com um corredor só -, mas para destinos domésticos, como Rio Grande do Sul, por exemplo. "Com essa nova geração de aviões, as famílias MAX, da Boeing,

Airbus NEO e E2, da Embraer, conseguimos atender tranquilamente esse mercado sul-americano com voos internacionais”, disse.

De acordo com ele, a certificação de Congonhas é um processo complexo, já que o terminal está localizado numa região densamente povoada da cidade. No entanto, ele cita como exemplo bem-sucedido de internacionalização de aeroportos em regiões centrais o terminal Aeroparque, que fica dentro de Buenos Aires. “O Aeroparque funciona super bem”, afirmou. O turismo de lazer, de negócios, e até de fim de semana pode ser explorado com essa internacionalização. Voo direto para uma região central tem um valor muito grande para o passageiro, no mundo inteiro temos esse modelo.”

Congonhas já foi um aeroporto internacional até 1985, quando o aeroporto de Guarulhos foi inaugurado. A partir daí, passou a receber voos internacionais apenas da aviação executiva, o que se manteve até 2008, quando esses também foram proibidos - na esteira do acidente com o avião da TAM, em 2007, que aumentou as restrições de pousos e decolagens no aeroporto.

Glanzmann afirmou, porém, que a velocidade de implantação do plano agora depende dos investimentos da Aena. “Quanto mais rápida a Aena for, mais cedo teremos voos comerciais entre Congonhas e países da América do Sul. A companhia tem até cinco anos para fazer seus investimentos da fase 1B (investimentos obrigatórios iniciais), mas ela não precisa necessariamente esperar todo esse tempo para começar a operar voos dessa natureza, já pode antecipar.” Segundo o secretário, a espanhola terá de investir cerca de R\$ 3,3 bilhões nos primeiros cinco anos da concessão.



Avião decola do Aeroporto de Congonhas
Foto: Taba Benedicto/Estadão

Atratividade

De acordo com o sócio e gerente da consultoria Terrafirma, Fabio Szoke Nahas, a infraestrutura de Congonhas, hoje, já permitiria voos internacionais. “Tanto em termos de pista quanto de alcance das aeronaves, não haveria limitação para esses voos internacionais. Os aviões mais modernos conseguiriam até chegar na América Central e nos Estados Unidos,

eventualmente”, diz.

No entanto, ele disse que falta interesse por parte das companhias aéreas para operar voos internacionais em Congonhas. “Quando conversamos com as companhias aéreas, essas empresas relataram enxergar Congonhas como um hub doméstico, enquanto Guarulhos, por exemplo, pode receber voos e oferecer conexões para Europa e Estados Unidos. Em princípio, do ponto de vista comercial, as aéreas brasileiras veem pouca atratividade em voos internacionais por Congonhas”, diz Nahas.

Na avaliação de Glanzmann, a internacionalização de Congonhas é um dos assuntos mais estratégicos para a aviação no pós-pandemia. “O Brasil tem pouco tráfego para a América do Sul, é muito mais doméstico e voltado para Estados Unidos e Europa. Temos um tráfego muito grande a ser desenvolvido na região.”

*A repórter viajou a convite da ACI

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/10/2022



VALOR ECONÔMICO (SP)

REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES, DA PETROBRAS, BATE RECORDE DE PRODUÇÃO DE DIESEL S-10

A unidade produziu 1,82 milhão de barris do produto em setembro

Por Fábio Couto, Valor — Rio

A refinaria Presidente Bernardes, localizada em Cubatão (SP), fechou setembro com recorde mensal na produção de óleo diesel S-10, informou hoje a Petrobras.

A unidade produziu no nono mês 1,82 milhão de barris. Segundo a Petrobras, o recorde anterior, de 1,72 milhão de barris, foi registrado em fevereiro.

O diesel produzido por Presidente Bernardes abastece principalmente os mercados da Baixada Santista e da Grande São Paulo, além do Espírito Santo e Estados do Norte e Nordeste do país, por meio da cabotagem a partir do porto de Santos.

Ainda de acordo com a companhia, o mercado nacional vem ampliando a demanda pelo diesel S-10, com baixo teor de enxofre.

“A modernização da frota nacional, com motores mais modernos e eficientes, também tem impactado para o aumento no consumo do Diesel S-10”, disse a Petrobras em comunicado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/10/2022

QUADRA CAPITAL REFORÇA ATUAÇÃO EM INFRAESTRUTURA COM EX-PRESIDENTE DA CCR

Marco Cauduro deverá se tornar sócio da gestora em novembro, para reforçar estratégia de investir no setor

Por Taís Hirata — De São Paulo



Marco Cauduro deixa a CCR no fim de outubro e se torna sócio da gestora — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Em seus últimos dias como presidente da CCR, Marco Cauduro já prepara uma mudança de casa: ele passará a ser sócio da gestora de investimentos Quadra Capital, a partir de novembro. Com a entrada do executivo, a gestora tem como objetivo fortalecer sua capacidade de execução no setor de infraestrutura.

Cauduro segue como presidente da CCR até 30 de outubro e, só então, passará a trabalhar oficialmente na Quadra. A renúncia do executivo foi anunciada em agosto, gerando surpresa no mercado. Durante sua gestão de cerca de dois anos e meio, o grupo de infraestrutura viveu um forte ciclo de expansão, com a conquista de contratos relevantes de

mobilidade, aeroportos e rodovias.



“A motivação para mim é a mesma, a postura empreendedora permanece, com a busca por oportunidades, sempre em função da matriz de risco dos projetos”, afirma Cauduro.

Antes de buscar novos contratos, o executivo terá como primeiro foco a concessão da Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo), iniciada neste mês. A Quadra já tinha experiência no setor de infraestrutura com operações de crédito, porém, terá agora sua primeira experiência como administradora direta de um ativo. Antes da CCR, Cauduro atuou como presidente da empresa de cabotagem Log-In.

A gestora vê possibilidades de novos negócios em diferentes segmentos, como logística, mobilidade urbana, energia, infraestrutura de dados e saneamento básico, diz ele.

Não há, porém, intenção de criar uma plataforma de infraestrutura ou captar fundos exclusivos para o setor, explica Nilto Calixto, sócio da Quadra. “Temos um mandato super amplo dado pelos cotistas dos fundos, então já temos flexibilidade dentro dos nossos veículos. O importante é utilizar o mandato da melhor forma possível”, afirma.

A gestora tem cerca de R\$ 6,5 bilhões sob sua gestão hoje. Porém, ele destaca que há capacidade de levantar mais recursos junto aos cotistas a depender das transações que surgirem.

Uma das estratégias de crescimento do grupo será fazer aquisições. “[Estudaremos] desde concessões com passivos regulatórios até empresas com problemas de estrutura de capital, de gestão ou de sucessão. Ou seja, ativos com questões que limitam a agenda de criação de valor”, diz Cauduro. Para ele, a experiência da gestora com operações complexas de crédito no setor será um diferencial nesse sentido.

No radar do grupo, estão ativos que “já estão na rua”, porém, os sócios destacam que a ideia é fazer uma busca ativa de oportunidades. “Somos uma casa que não fica esperando a transação chegar até nós. Reforçamos nossa equipe de prospecção. Quando vamos atrás da operação, em geral, conseguimos desenhar uma solução melhor”, afirma Calixto.

O executivo sinaliza que já há conversas do gênero em curso e que novas operações poderão sair até o fim deste ano.

A gestora também deverá seguir analisando leilões de infraestrutura, tal como foi no caso da Codesa. Porém, não há perspectiva de projetos no curto prazo, devido ao calendário eleitoral. Um ativo que interessa à gestora e que poderia ser uma última oportunidade deste ano seria a desestatização do Porto de Santos, no entanto, a percepção é que o prazo não será suficiente.

Questionados sobre a expectativa para o próximo governo no setor de infraestrutura, os sócios da gestora afirmam que a decisão de investimento não estará condicionada à agenda ideológica dos futuros governantes.

“Os investimentos têm um horizonte mais longo de maturação, então não podemos nos pautar pela dinâmica eleitoral de curto prazo, até porque temos eleições a cada dois anos. O único ponto é que as eleições sigam existindo a cada dois anos”, diz Calixto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/10/2022

FORNECIMENTO DEVE DOBRAR NESTA DÉCADA COM A EXPLORAÇÃO DA CAMADA PRÉ-SAL

Preços do insumo nacional serão vantajosos no atual complexo cenário internacional

Por Roberto Rockmann — De São Paulo

O vazamento de gás registrado na semana passada em um dos principais gasodutos que escoavam o insumo da Rússia para países europeus não apenas indica que a crise de oferta de gás deverá se estender além deste inverno na Europa mas também que os preços internacionais deverão ficar elevados no médio prazo.

Em paralelo, a oferta de gás no Brasil deve dobrar nesta década com a exploração gradual da camada pré-sal, já que juntamente com o óleo extraído vem gás. Os preços do insumo nacional serão vantajosos nesse complexo cenário internacional. As dúvidas agora são como o país vai gerir essa oferta, se irá exportar parte da produção, ampliar o uso em térmicas ou usar o insumo para reindustrializar setores em momento de reordenamento das cadeias globais.

Hoje o livre acesso à infraestrutura de gás e os preços são duas barreiras, diz Lucien Belmonte presidente da Associação Brasileira da Indústria do Vidro (Abividro). O setor, que consome um milhão de metros cúbicos por dia, não tem nenhuma empresa no mercado livre. Para o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa, a abertura ainda é incipiente e “mediocre”. “A lei do gás não colou, não se tornou efetiva”, diz. Um dos obstáculos são as legislações estaduais, pois há Estados cujas regulações para o mercado livre de gás conflitam com a legislação federal. Hoje, sete Estados (Acre, Alagoas, Amapá, Goiás, Rondônia, Roraima e Tocantins) e o Distrito Federal não possuem leis sobre gás natural.

Entre avanços que poderiam ser adotados está a implementação de um mercado secundário que permita às empresas negociar excedentes não utilizados. “Se uma fabricante de cerâmica tiver problemas com seu fornecedor de gás, ela poderá adquirir o produto de outra forma? Se ela tiver problemas em um alto-forno, ela poderá vender esse excedente? Se ela migrar para o mercado livre e tiver problemas, ela poderá retornar à distribuidora? Em quanto tempo?”, questiona o presidente da Abrace.

Hoje uma das principais polêmicas em relação às leis estaduais é sobre os critérios de classificação de gasodutos. O assunto mexe com o principal Estado e com a maior indústria do Brasil: São Paulo. Há uma discussão regulatória envolvendo o governo de São Paulo, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), grandes consumidores e distribuidoras em relação ao gasoduto da subida da Serra do Mar, com pouco mais de 30 km de extensão, que pretende ligar um terminal de regaseificação de GNL na Baixada Santista à rede da Comgas na Região Metropolitana de São Paulo. Há um debate se o gasoduto deve ser classificado como de transporte ou de distribuição. O gasoduto Subida da Serra foi uma obra aprovada em 2009 e orçada em R\$ 473 milhões, com capacidade para manejar 16 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Na visão da indústria, caso o projeto seja classificado como um gasoduto de distribuição, pode ocorrer redução da concorrência, reserva de mercado, ineficiência nas decisões de investimento e diminuição da competitividade do gás frente a outros combustíveis. Já a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) afirma em um comunicado que a construção do gasoduto vai dar segurança energética aos consumidores.

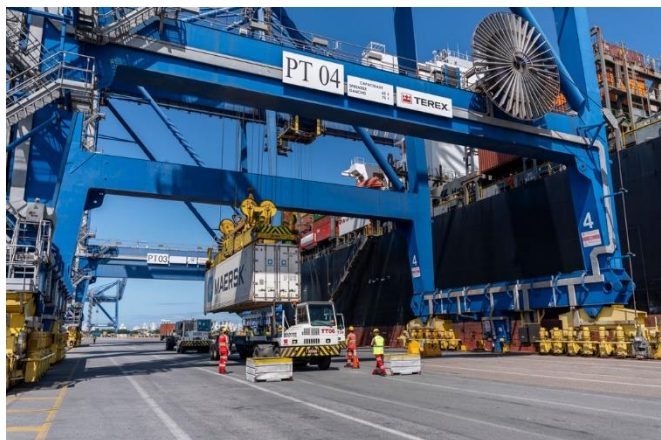
Sergipe, que tem sua lei de mercado livre desde 2019, já teve o primeiro contrato de consumidor livre de gás, feito entre uma fabricante de fertilizantes e a distribuidora local. “Temos buscado usar isso como alavanca do desenvolvimento”, diz a diretora técnica da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese), Regina França.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/10/2022

PORTO CATARINENSE BATE RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05/10/2022 - 17:28



Setembro de 2022 entrou para a história da Portonave com o novo recorde de movimentação nos 15 anos de operação, além de registrar o melhor mês do ano. Os números superaram 2021 quando comparados com o mesmo período. O acesso ao gate também bateu recorde de entrada e saída de caminhões, com 2,6 mil em um único dia.

O mês fechou com movimentação de 110,7 mil TEUs, marco que supera o anterior de 109 mil, que por coincidência também é setembro de 2021. No acumulado, o terminal ficou com 487

mil contêineres de janeiro a setembro deste ano, e 479 mil no mesmo período de 2021.

Em exportação, foram 11,7 mil contêineres, tendo como principais destinos EUA, China, México, Japão e África do Sul. Na importação, a movimentação chegou a 19,8 mil, mantendo as principais origens China, EUA, Bélgica, Alemanha e Colômbia.

Em fevereiro deste ano, a Portonave registrou 10 milhões de TEUs movimentados, tornando-se o único porto de Santa Catarina que atingiu o marco, além de permanecer entre os líderes nacionais como segundo maior porto em movimentação de contêineres do Brasil. O total até setembro de 2022, é de 10,8 milhões de TEUs.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/10/2022

SANTOS BRASIL DÁ INÍCIO A OBRA DE AMPLIAÇÃO DO DO CLIA SANTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05/10/2022 - 17:44



Cerca de R\$ 12 milhões serão investidos na verticalização de um dos cinco armazéns para cargas da unidade, elevando o total de posições paletes do centro logístico aduaneiro para 6.824

A Santos Brasil deu início às obras de remodelação de um dos cinco armazéns de cargas do seu Centro Logístico Industrial Aduaneiro - Clia Santos. A iniciativa, que tem investimentos da ordem de R\$ 12 milhões, vai aumentar em quase 24% a capacidade de armazenagem em paletes do Clia, que passará das atuais 5.524 posições paletes para 6.824 no

total após a conclusão do projeto, prevista para abril de 2023.

Além do investimento na verticalização do Armazém 1, a Santos Brasil também está desenvolvendo um novo sistema de gestão, que trará considerável ganho de produtividade aos fluxos logísticos internos do Clia.

Com as mudanças, a companhia aumentará a qualidade e a oferta de seus serviços de armazenagem, estufagem e desova de contêineres. Ricardo Buteri, diretor Comercial da Santos Brasil, destaca que os novos investimentos no Clia Santos permitirão a expansão da atuação da companhia em operação de armazenagem, ampliando a capacidade logística do porto de Santos e atendendo à crescente demanda por esse tipo de serviço. "Os investimentos promoverão maior

escala na oferta de serviços da Santos Brasil Logística ao mercado de carga fracionada alfandegada. Teremos um armazém 'estado da arte' e sistemas e processos que garantirão alto nível de eficiência e segurança, assegurando a qualidade da experiência do cliente", diz.

Localizado na Marginal da Via Anchieta, com fácil acesso às rodovias que ligam o porto ao principal polo consumidor brasileiro, o Clia Santos é um terminal alfandegado que integra a estrutura de logística da Santos Brasil. Ocupa uma área de 65 mil m² e conta com pátio descoberto para armazenagem de contêineres dry e reefers e cinco armazéns onde são acondicionados diversos tipos de cargas de múltiplos segmentos. Desenvolve atividades de carga e descarga, movimentação e armazenagem de contêineres, cargas gerais e de produtos químicos, além de serviços como desova, estufagem, cross-docking, etiquetagem e selagem.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/10/2022

MAERSK ENCOMENDA SEIS NAVIOS QUE OPERAM COM METANOL VERDE

Da Redação NAVEGAÇÃO 05/10/2022 - 17:08

Com meta de emissões zero carbono para 2040, empresa prevê uma redução de 50% nas emissões por contêiner transportado até 2030



A.P. Moller - Maersk anuncia a encomenda de mais seis grandes navios porta-contêineres que podem navegar com metanol verde. Os seis navios serão construídos pela Hyundai Heavy Industries e têm uma capacidade nominal de aproximadamente 17.000 TEUs.

"Nossos clientes estão nos procurando para descarbonizar suas cadeias de suprimentos e essas seis embarcações capazes de operar com metanol verde acelerarão ainda mais os esforços para oferecer aos nossos clientes transporte neutro. Uma

ação global é necessária nesta década para cumprir a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a um aumento de temperatura de 1,5°C", diz Henriette Hallberg Thygesen, CEO da Fleet & Strategic Brands da Maersk.

A Maersk estabeleceu uma meta de emissões zero carbono para 2040 em todo o negócio e também estabeleceu metas tangíveis de curto prazo para 2030 para garantir um progresso significativo. Isso inclui uma redução de 50% nas emissões por contêiner transportado na frota de navios oceânicos da Maersk em comparação com 2020 e um princípio de encomendar apenas navios recém-construídos que possam operar com combustíveis verdes.

A Maersk encomendou um total de 19 embarcações com motores bicompostíveis capazes de operar com metanol verde.

"O metanol verde é a melhor solução de combustível verde escalável para esta década, e estamos empolgados em ver vários outros armadores escolhendo esse caminho. Isso adiciona mais impulso ao rápido dimensionamento da disponibilidade necessária para ter acesso ao metanol verde e acelerar a evolução do transporte neutro em termos climáticos", diz Palle Laursen, Chief Fleet & Technical Officer at Maersk.

Comparado com os recursos de combustível convencional, o gasto de capital adicional (Capex) para a capacidade de combustível duplo de metanol está na faixa de 8% a 12%, o que é uma melhoria em comparação com quando a Maersk encomendou oito navios com a mesma tecnologia no ano passado.

Os seis navios de 17.000 TEUs devem ser entregues em 2025 e navegarão sob a bandeira da Dinamarca. Todos eles fazem parte do programa contínuo de renovação de frota da Maersk e substituirão uma quantidade igual de capacidade. Quando todos os 19 navios encomendados forem implantados e substituírem os navios mais antigos, eles gerarão uma economia anual de emissões de cerca de 2,3 milhões de toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/10/2022

EXPORTADORES DE PROTEÍNA ANIMAL ALERTAM PARA NECESSIDADE DE REDUZIR GARGALOS PORTUÁRIOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 04/10/2022 - 20:52



Arquivo/Divulgação

ABPA defende ações nos próximos cinco anos para comportar crescimento das exportações do agronegócio. Associação, que representa segmentos de avicultura e suinocultura, projeta crescimento de 50% nos volumes exportados no período que vai de 2019 até 2025

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) avalia que a pandemia potencializou gargalos já enfrentados nos portos. Para a entidade, que representa os segmentos de avicultura e suinocultura, os portos sofreram nos últimos anos reflexos da falta e da diminuição da oferta de navios e contêineres no mercado internacional, ocasionando congestionamentos de cargas e aumento de custos. A associação defendeu que seja feito um trabalho consistente nos próximos quatro a cinco anos para comportar o crescimento das exportações do agronegócio.

"É uma infraestrutura que não suporta a retomada rápida e não suporta solavancos", comentou o diretor da ABPA, José Perboyre, durante reunião promovida pelo Comitê de Usuários dos Portos e Aeroportos do Estado de São Paulo da Associação Comercial de São Paulo (Comus/ACSP), nesta terça-feira (4).

Na ocasião, Perboyre lembrou que a tendência para os próximos anos é a operação de navios maiores, de 12.000 TEUs a 13.000 TEUs, o que reduzirá as janelas de atracação. O entendimento é que porta-contêineres abaixo dessa capacidade serão descartados das frotas de transporte marítimo aos poucos, inclusive pelo apelo da redução de emissões de carbono.

A ABPA considera que a perda de competitividade por questões logísticas eleva os preços para a movimentação das cargas, com um cenário de portos no Brasil necessitando de altos investimentos em infraestrutura. "A pandemia somente potencializou, mostrando o que pode acontecer se não fizermos algo para suportar o crescimento das nossas exportações", apontou Perboyre. O diretor recomendou maior engajamento dos embarcadores para contribuir com as discussões com os diferentes atores.

A associação projeta crescimento de 50% nos volumes exportados no período que vai de 2019 até 2025. A ABPA sugere reavaliar processos e melhorar informações, a fim de mapear o que está ao alcance para reduzir ineficiências. "Precisamos estar preparados para dar continuidade às nossas exportações e trabalhar para que não haja um colapso. Os portos precisam ser capacitados para receber navios maiores. Eles não têm calado para receber navios de 366m e não teremos do dia para noite portos com esse calado", analisou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/10/2022

AGENTES DEFENDEM COOPERAÇÃO E INVESTIMENTOS EM PD&I PARA ALAVANCAR EÓLICAS OFFSHORE

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 04/10/2022 - 20:12



Arquivo/Divulgação

Durante evento na ANP, painelistas apontaram necessidade de aportes em infraestrutura portuária e de transmissão, além de um caminho tecnológico a ser perseguido para redução de custos

Agentes do setor de energia defenderam, nesta terça-feira (4), a cooperação e investimentos em inovação para acelerar o desenvolvimento do mercado de energia eólica offshore no Brasil. A Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) identifica a necessidade de aportes em infraestrutura portuária e de transmissão, além de um caminho tecnológico a ser perseguido para redução de custos. A entidade recomenda pensar numa política de conteúdo nacional, reforçando a agenda existente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e investimentos de empresas de energia em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e em capacitação, aproveitando a migração de profissionais do setor de petróleo e gás para a área de energias renováveis.

A presidente executiva da ABEEólica, Elbia Gannoum, vê essa indústria no Brasil em construção e defende que o decreto é o caminho regulatório mais adequado para atração de investimentos. "Precisamos ter um custo razoável pelo fato de o Brasil ser um mercado competitivo e ter oferta grande de outros recursos renováveis", apontou Elbia durante o seminário "PD&I: A Transição Energética e o Papel da Energia Eólica e as Empresas de Petróleo e Gás", promovido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ela considera importante agregar à regulamentação no Brasil aprendizados de outros países, a fim de não repetir erros experimentados pelos mercados em que este tipo de projeto está mais adiantado.

Elbia contou que o Ministério de Minas e Energia (MME) sinalizou que os normativos estarão prontos para a 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-27), que acontece no mês que vem no Egito. Para a ABEEólica, as portarias em consulta pública foram publicadas bem perto do que seria o ideal para o setor e demandarão poucos ajustes que estão sendo propostos por suas associadas. "O decreto atende investidores e a regulamentação das portarias também. Estamos colocando foco na discussão e temos expectativa de ter, em novembro, a regulamentação pronta", afirmou.

O MME enxerga que o Brasil tem programas de PD&I bem estruturados junto à ANP e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com grande potencial de desenvolver projetos e estudos de eólicas offshore para aprimoramento de empreendimentos no Brasil no futuro e contribuir com o arcabouço regulatório. "Quanto mais países abrirem as portas para projetos de P&D, mais o setor de eólica offshore como um todo vai se beneficiar", disse a assessora na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Karina Sousa. Ela ressaltou que, paralelamente às portarias, a pasta iniciou discussões sobre diretrizes de um normativo específico para P&D nessa área.

No decreto 10.946/2022, o artigo 5º prevê a possibilidade de que o uso de áreas offshore também seja para atividades de P&D, e não somente para exploração de energia elétrica. Karina destacou que um dos dispositivos do decreto regulamenta que a União não vai cobrar pelo uso de área offshore para atividades de P&D. Ela observa a evolução do tamanho das turbinas e layouts dos parques eólicos no mercado internacional, o que estimularia estudos e desenvolvimento de novas soluções. A assessora do MME acredita que a inovação tecnológica deve estar conectada com evolução do arcabouço regulatório.

O superintendente adjunto da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Gustavo Pires Ponte, lembrou que o road map publicado pela EPE em 2020 já identificava turbinas cada vez maiores, assim como os planos decenais de energia já apontavam o desafio dos custos associados para a competitividade da eólica offshore. Ponte observa que a maioria dos projetos apresentados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) possui capacidade acima de 1 gigawatt (GW), o que exigirá reforço nas redes de transmissão e na infraestrutura portuária.

Atualmente, os projetos em licenciamento no órgão ambiental totalizam um potencial de 169 gigawatts (GW) de capacidade instalada. Ponte acrescentou que grandes projetos reforçam a necessidade de projetos de P&D e projetos piloto para superação de desafios e geração de mão de obra. “Se pode aproveitar a sinergia do setor de O&G na operação offshore, ao mesmo tempo, conciliando setores sobre conhecimentos específicos e aprendendo com lições de outros países. O decreto prevê a cessão gratuita da área para projetos de P&D”, pontuou o superintendente.

Outro desafio, na visão da EPE, é conhecer melhor o recurso no mar. Ponte comentou que o Brasil conhece bem a geração a partir dos ventos em parques terrestres, mas precisa reduzir as incertezas a respeito dos custos para o mesmo tipo de geração no mar. Ele acredita que, se o potencial eólico offshore confirmar as expectativas nos próximos anos, a fonte pode se mostrar uma alternativa interessante para produção do hidrogênio. “A demanda mundial por hidrogênio de baixo carbono pode ser um impulsionador da energia eólica offshore no Brasil”, projetou Ponte.

O presidente do Conselho Mundial de Energia Eólica (GWEC, na sigla em inglês), Ben Backwell, identifica que, ao mesmo tempo em que existe um grupo de empresas de hidrocarbonetos investindo fortemente em renováveis com metas ambiciosas, existe um grupo de grandes operadoras e de empresas nacionais de petróleo sem muitos investimentos previstos para os próximos anos. “É uma grande oportunidade para empresas nacionais de petróleo. Vemos que essas empresas têm vantagem natural porque conhecem o cenário nacional melhor que ninguém”, analisou.

Backwell ressaltou que algumas dessas companhias têm feito investimentos em renováveis e podem contar com a experiência em atividades de petróleo offshore. Para o presidente da GWEC, as empresas de petróleo e gás também terão papel importante no desenvolvimento de tecnologias, como a eólica offshore de fundação flutuante (floating). Ele vê as empresas com muitos desafios financeiros para atingir seus objetivos, investindo em industrialização e para firmar contratos de longo prazo que permitam aportes na cadeia de suprimentos.

A diretora executiva do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Fernanda Delgado, lembrou que os debates na Rio Oil & Gas, na semana passada, destacaram a importância da cooperação e de parcerias para a segurança energética e para o aumento da participação de energias renováveis na matriz energética. Ela observa um aumento constante do número de empresas de energia participando das discussões. Fernanda defendeu que cooperação, PD&I e tecnologia trazem respostas, mas precisam de linhas de financiamento para garantir recursos para uma matriz energética mais plural.

O gerente de estudos setoriais de energia elétrica do BNDES, Guilherme Arantes, afirmou que o banco de fomento estará preparado no momento certo para oferecer soluções de financiamento à cadeia logística de eólicas offshore e de hidrogênio verde, a exemplo do que foi feito para projetos de eólicas onshore e usinas solares. Segundo Arantes, o financiamento não pode ser um gargalo quando os investimentos estiverem maduros. Ele frisou que o BNDES vem se preparando para o hidrogênio verde e eólica offshore, com linhas como o Fundo de desenvolvimento técnico-científico (Funtec).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/10/2022

HAPAG-LLOYD ADQUIRE NEGÓCIOS DE TERMINAIS DA SAAM

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 04/10/2022 - 19:20

Negócio envolve 10 terminais em seis países. Nova empresa operará como entidade independente

A Hapag-Lloyd e a SM SAAM assinaram nesta terça-feira (4) um acordo vinculativo sob o qual a Hapag-Lloyd adquirirá 100% das ações da SAAM Ports S.A. e SAAM Logistics S.A., abarcando todo o negócio de terminais da empresa e serviços de logística. As partes contratantes acordaram um preço de cerca de US\$ 1 bilhão, que inclui também ativos imobiliários relacionados ao negócio de logística.

Os serviços de rebocadores e serviços de logística aeroportuária da SM SAAM não fazem parte da transação e permanecerão com a SM SAAM.

A SM SAAM, sediada no Chile, é uma operadora de terminal, empresa de logística e de apoio portuário ativa em vários países das Américas. Foi fundada em 1960 e está listada na Bolsa de Valores de Santiago desde 2012. As participações nos negócios de terminais da SM SAAM compreendem 10 terminais em seis países da América do Norte, Central e do Sul, com cerca de 4.000 funcionários e uma movimentação combinada de contêineres de cerca de 3,5 milhões TEUs em 2021.

Os serviços de logística relacionados complementam o negócio de terminais em cinco locais no Chile, com cerca de 300 funcionários.

“Investir em infraestrutura de terminais é um elemento-chave de nossa agenda estratégica, e a América Latina é um dos nossos mercados-fortes. A aquisição das operações de terminais e serviços complementares de logística da SM SAAM nos ajudará a fortalecer ainda mais nossos negócios, ao mesmo tempo em que construímos um portfólio de terminais robusto e atraente”, disse Rolf Habben Jansen, CEO da Hapag-Lloyd.

Ao conduzir sua estratégia 2023, a Hapag-Lloyd expandiu continuamente seu envolvimento no setor de terminais, mais recentemente anunciando que pretende adquirir uma participação minoritária no Spinelli Group, com sede na Itália, adquirindo uma participação na JadeWeserPort em Wilhelmshaven e investindo na construção do Terminal 2 do porto egípcio de Damietta. A Hapag-Lloyd também tem participação no Terminal de Contêineres Altenwerder em Hamburgo e no Terminal TC3 do porto marroquino de Tânger.

O fechamento da transação está sujeito à aprovação das autoridades antitruste competentes e às condições adicionais usuais para uma transação desse tipo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/10/2022

BRASIL FECHA PARCERIA COM ANGOLA DE OLHO NO SETOR DE HIDROCARBONETOS

Por Marjorie Avelar OFFSHORE 04/10/2022 - 17:19

Objetivo do acordo entre agências reguladoras brasileira e angolana é estabelecer cooperação nos domínios da promoção técnica para fortalecimento da indústria petrolífera, bem como a transferência de conhecimentos das normas técnicas e das boas práticas nas áreas de petróleo, gás e biocombustíveis

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) fechou, recentemente, um acordo de cooperação com a ANPG, a agência reguladora do mesmo setor na Angola, que contou com a assinatura do diretor-geral da autarquia brasileira, Rodolfo Saboia, e do presidente do Conselho de Administração da agência angolana, Paulino Jerônimo.



Divulgação ANP

“É interesse de ambas as agências estabelecer uma colaboração, visando à promoção técnica da indústria de petróleo e gás natural. A troca de experiências entre os técnicos e gestores poderá gerar ideias para melhorias no arcabouço regulatório e promoção da indústria petrolífera, especialmente no upstream”, apontou a ANP, em comunicado à Portos e Navios.

Segundo a autarquia brasileira, o objetivo do acordo é promover a cooperação técnica entre os dois países, visando ao fortalecimento da indústria de petróleo e gás, além da transferência de conhecimentos e experiências relacionadas às normas da indústria petrolífera e códigos de boas práticas desse segmento.

“As partes irão desenvolver projetos conjuntos, mediante a promoção, execução e divulgação de ações, projetos e outras atividades voltadas às boas práticas da indústria de petróleo e gás; organização e realização de seminários, encontros, reuniões, e outros eventos relacionados com matérias de regulamentação técnica da indústria; e à criação de condições para troca periódica, de trabalhos e resultados oriundos do acordo”, enumerou a ANP.

A cooperação entre Brasil e Angola poderá ser efetuada via intercâmbio periódico de informação e experiências; realização de estudos e investigação conjunta; formação e capacitação de recursos humanos. “As agências deverão coordenar as ações de formação e investigação científica, bem como a realização de campanhas de investigação conjunta e a partilha em igualdade de circunstâncias dos benefícios das descobertas científicas resultantes das atividades do acordo”, informou a autarquia brasileira.

Conforme a ANPG, o acordo terá vigência de cinco anos, oficializando uma relação de mais de três anos com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. “Um dos pontos que queremos reforçar é o nosso quadro regulatório, queremos ganhar esta experiência que a ANP tem. A relação entre Angola e Brasil é transcendental e esse acordo vem apenas reforçar o compromisso entre os governos em cimentar a relação no domínio dos hidrocarbonetos”, comunicou Jerônimo, em publicação no site da autarquia angolana.

Para o diretor-geral da ANP, o acordo vai além do interesse de ambos os países na exploração de seus recursos naturais e hidrocarbonetos. “Brasil e Angola têm um passado em comum, uma cultura próxima com a mesma origem e um sentimento de irmandade muito próximo. Ele se estende além destas atividades econômicas, mas é nela que nós esperamos alcançar uma proximidade ainda maior entre os dois países, com essa mútua troca de experiência e conhecimento que cada um dos países pode oferecer”, disse Saboia, na ocasião da assinatura do novo acordo, realizado no dia 26 de setembro, durante a Rio Oil&Gas 2022, no Rio de Janeiro.

Economia angolana

Angola é o segundo maior produtor de petróleo e gás da chamada África Subsaariana, com capacidade atual de produção de aproximadamente 1,1 milhão de barris de petróleo por dia (bpd) e 17.904,5 milhões de pés cúbicos (tcf) de gás natural, segundo artigo assinado por Verner Ayukegba, vice-presidente sênior da African Energy Chamber.

De acordo com o executivo, o setor do petróleo e gás da Angola responde por quase um terço de seu Produto Interno Bruto (PIB) e por mais de 90% do total das exportações. O país ainda possui 8,2 mil milhões de barris de reservas comprovadas de petróleo e por volta de 13,5 bilhões de pés cúbicos de reservas de gás natural.

Esse cenário indica que a economia da Angola ainda é bastante dependente das receitas petrolíferas. Por essa razão, o Fundo Monetário Internacional (FMI) vem ressaltando a importância da diversificação da oitava maior economia da África Subsaariana, visando à garantia de um crescimento econômico sustentável e inclusivo.

Conforme relatório da consultora FocusEconomics correspondente ao ano de 2021, que utiliza os dados dos bancos centrais e dos institutos nacionais de estatística dos países da África Subsaariana, a economia da Angola caiu do 3º para o 8º lugar dentre as maiores economias da região, valendo agora aproximadamente US\$ 74 mil milhões, em uma lista liderada pela Nigéria, cujo PIB chega a US\$ 455 mil milhões.

Uma análise do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicada em janeiro deste ano, apontou que “a economia da Angola é demasiada dependente no setor petrolífero, deixando a economia vulnerável a flutuações nos preços globais do petróleo e isso engloba os sintomas da ‘doença holandesa’ [‘dutch disease’, no original em inglês], que pode erodir a competitividade e atrasar o desenvolvimento de outros setores”.

“O desenvolvimento dos setores não petrolíferos é ainda mais crítico para alcançar um crescimento sustentável, tendo em conta as incertezas relativas às perspectivas de longo prazo para a produção petrolífera local e às tendências mundiais rumo à neutralidade das emissões de carbono”, acrescentou o Fundo Monetário Internacional.

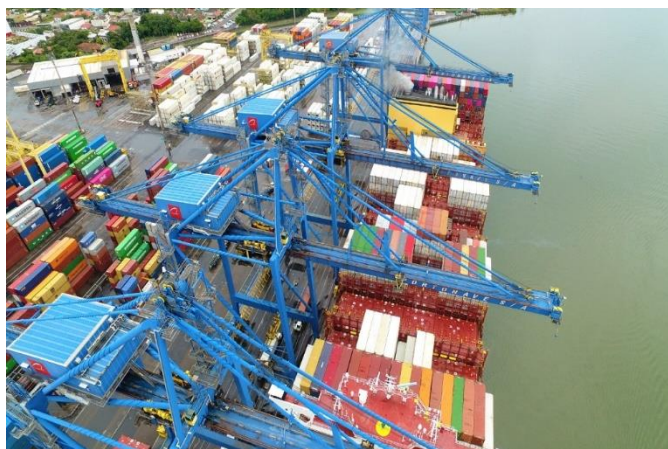
Para 2022, a consultora Oxford Economics previu que a exploração do petróleo na Angola chegue a 1,2 milhão de barris por dia. “Angola enfrenta uma dura competição da China, que pode colocar ainda mais pressão nos preços do petróleo angolano”, já que a “Rússia está a vender petróleo barato num contexto de embargo ao petróleo russo por parte de outros países e, em maio, a Rússia substituiu a Arábia Saudita como o maior fornecedor de petróleo à China”, apontou a Oxford Economics, em junho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/10/2022

PORTONAVE BATE RECORDES DE CONTÊINERES MOVIMENTADOS E DE FLUIDEZ NO GATE

Por Marjorie Avelar PORTOS E LOGÍSTICA 04/10/2022 - 16:26



Divulgação

Em único dia, 2.660 caminhões entraram ou saíram do terminal, outro recorde do complexo portuário de Santa Catarina, com carga ou descarga em menos de 30 minutos. Terminal movimentou 110.700 TEUs, melhor marca alcançada em setembro

A movimentação de 110.700 TEUs em contêineres e o acesso ao gate de entrada de saída de caminhões na ordem de 2.660 em um único dia levaram a um recorde histórico para um mês de setembro no Porto de

Navegantes (Portonave), em Santa Catarina. Os recordes anteriores foram de 109 mil TEUs, também em setembro do ano passado, e de 2.654 caminhões em 25 de janeiro de 2022.

A empresa destaca a movimentação de área de gate na Portonave, com 2.660 atendimentos em 24 horas. O recorde, segundo a Portonave, pode ser associado ao aumento da movimentação que vem ocorrendo no segundo semestre, junto com a alta performance das equipes do gate e do setor



operacional. "O caminhão chega ao terminal, descarrega ou carrega seu contêiner, saindo em um tempo médio de 25 a 28 minutos, fazendo com que o motorista consiga executar mais agendamentos durante o dia. Se tivéssemos mais agendamentos para esse dia, nós teríamos feito um número maior, com certeza", disse Leandro Barboza, supervisor de Gate da Portonave à Portos e Navios.

Conforme Luís Lemos, supervisor comercial da Portonave, o complexo portuário catarinense registrou o trânsito de 487 mil contêineres, no acumulado do ano, contra 479 mil entre janeiro e setembro de 2021. Em exportações, foram 11,7 mil contêineres que seguiram para os Estados Unidos, China, México, Japão e África do Sul. Os destaques foram madeiras e seus derivados (47%), carnes congeladas e seus derivados (26%), maquinário (3,4%), cerâmica (3,2%), tabaco (2,9%), papel (2,5%), metais comuns (1,9%), ração (1,5%), frutas (1,2%), alimentos (0,92%), entre outros (7,4%).

Lemos informou que, nas importações, a movimentação chegou a 19,8 mil contêineres oriundos da China, EUA, Bélgica, Alemanha e Colômbia. Os principais produtos foram plásticos e derivados (16%), têxtil (11%), maquinário (10%), químicos (9%), bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (6,4%), borrachas e derivados (5,7%), metais comuns (4,3%), alimentos (3,4%), papel (1,6%), madeiras e seus derivados (1,6%), entre outros (28%).

Segundo maior porto em movimentação de contêineres do Brasil, o Porto de Navegantes somou 10 milhões de TEUs movimentados, em fevereiro deste ano. Agora, continua com sua meta de alcançar os 11 milhões. Em 15 anos de operação, foram 8,2 mil escalas de navios com serviços de importação e exportação, além das cargas especiais como aeronaves militares, barcos, helicópteros, entre outras.

"A proximidade do final do ano, período em que as compras de mercadorias são maiores, aliado à eficiência das operações do terminal, faz com que nossos clientes aumentem a movimentação de suas cargas pela Portonave", ressaltou Lemos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/10/2022



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM

Este conteúdo também está no LinkedIn.com-www.linkedin.com/in/reginaldo-ferreira-0aa5161a2

Fonte : InforMS

Data: 05/10/2022